

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DE 1988
Nº 061 DE 1990

NOVO REGIMENTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PEC Nº 005/89

APENSAS PERS
- 26/89
(31/89)
25/91
32/91

ASSUNTO:

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E DE RED. (ADM) - APENSEM-SE A ESTE AS PROPOSTAS
DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nºs 026/89 E 031/89.
À COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO em de JANEIRO de 19 91

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado THOMAZ NORRÔ em 08/06 1991 dev. 14/10 F.
O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação
Ao Sr. Deputado Mendes Ribeiro (VISTA) em 23/10 1991 dev. 30/10 F.
O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação
Ao Sr. Deputado Aguiar Bandeira em 26/11 1991 H.
O Presidente da Comissão de Especial - PEC 81/90.
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19
O Presidente da Comissão de
Ao Sr. em 19

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 061, DE 1990

(DO SENADO FEDERAL)

PEC Nº 005/89



Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ADM)
- APENSEM-SE A ESTA AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nºs 026/89 E 031/89)

PEC 061/90.

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Art. 1º - O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

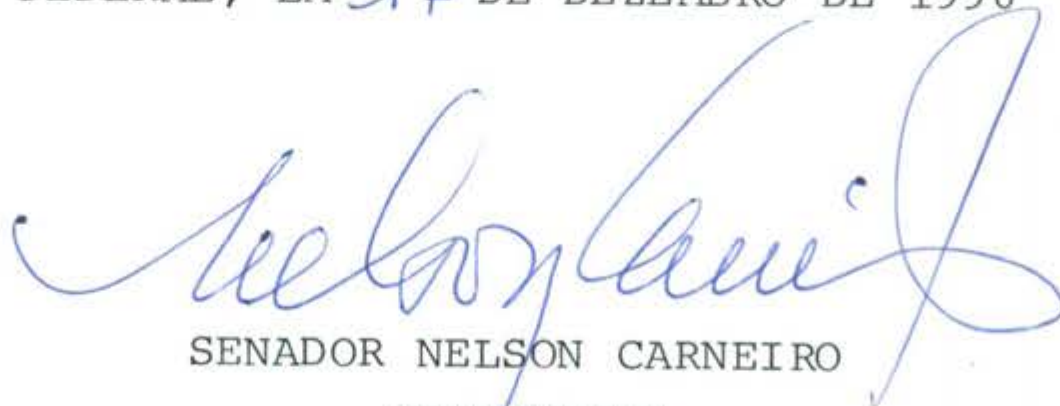
"§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais."

Art. 2º - São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais:

"VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município;"

SENADO FEDERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1990



SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE



Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Art. 1º - O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais."

Art. 2º - São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais:

"VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município;"

SENADO FEDERAL, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1990

SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo III

DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Capítulo IV
DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I — eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II — eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III — posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV — número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI — inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

VIII — julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;



IX — organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal;

X — cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI — iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XII — perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único.

Capítulo VII DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Seção I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI — a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

Título VI DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Capítulo I DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Seção II Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I — exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II — instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

Seção III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I — será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;



S I N O P S E

Projeto de Emenda à Constituição nº 5, de 1989

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Apresentado pelo Senador NELSON CARNEIRO e outros Senhores Senadores

Lido no expediente da Sessão de 15/12/89 e publicado no DCN (Seção II) de 16/12/89. À SSCLS.

Em 13/3/90, é designada Comissão Mista para emitir Parecer sobre a PEC nº 5/89, composta por: PMDB Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides, João Calmon, Márcio Lacerda, Áureo Mello, Luiz Viana e Nabor Júnior; PFL João Menezes, Divaldo Suruagy e Jorge Bornhausen; PSDB Chagas Rodrigues e Jutahy Magalhães; PTB Carlos De'Carli; PDC Carlos Patrocínio; PDS Jarbas Passarinho e PSB Jamil Haddad.

Em 2/5/90, incluído em Ordem do Dia, para deliberação sobre o prosseguimento da tramitação.

Em 2/5/90, aprovado o prosseguimento de sua tramitação. À SSCLS, para inclusão da matéria em Ordem do Dia.

Em 14/5/90, anunciada a matéria, é lida a Emenda nº 1-PLEN, subscrita pelo Senador Nelson Carneiro, e outros. Discussão encerrada, sem debates, voltando à Comissão Especial para exame da emenda. À SSCOM.

Em 3/12/90, incluído em Ordem do Dia, votação em primeiro turno.

Em 4/12/90, aprovada, em primeiro turno, a proposta por 47 votos SIM; 2 NÃO, e a emenda a ela apresentada por 47 votos SIM; 4 NÃO, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Mauro Benevides, Pompeu de Sousa, Marco Maciel, Meira Filho e Maurício Corrêa. À SSCLS.

Em 11/12/90, incluído em Ordem do Dia, discussão em segundo turno.

Em 12/12/90, discussão encerrada, nos termos do Requerimento nº 496, do Senador Ronan Tito e outros Líderes, lido e aprovado nesta oportunidade. Aprovada a proposta, em segundo turno, por 46 votos SIM; 2 NÃO. À Comissão Diretora para a Redação Final. Leitura do Parecer nº 459-CDIR, relatado pelo Senador Pompeu de Sousa, oferecendo a Redação Final da matéria. Aprovada.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº...596, de 17.12.90

CÂMARA DOS DEPUTADOS

17 DEZ 15 29 037547

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL



SM/Nº 596

Em 17 de dezembro de 1990

Senhor Primeiro Secretário

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à revisão da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.


SENADOR POMPEU DE SOUSA

Primeiro Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 17/12/90. Ao Senhor
Secretário-Geral da Mesa.

Deputado LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIZ HENRIQUE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

JF/.


Deputado EDME TAVARES
Segundo Secretário



SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 5, DE 1989

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, inciso I, da Constituição, promulgam a seguinte emenda constitucional:

Art. 1.º O § 2.º do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2.º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõe os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2.º, I, na razão de, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.”

Art. 2.º É acrescentado ao art. 29 da Constituição Federal o seguinte item VI, renumerando-se os demais:

“VI — a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvando o que dispõe o art. 37, XI.”

Justificação

A proposição, ao mesmo tempo que restaura uma saudável tradição do Direito Constitucional brasileiro, atende a um duplo objetivo de natureza ético-política:

- a) colaborar com a indispensável participação dos segmentos políticos dirigentes de nossa sociedade no sentido de assumir uma atitude exemplar de maior austeridade no domínio dos gastos públicos;
- b) opor obstáculo válido aos processos de decomposição e campanhas de descrédito público do fundamento mesmo da democracia representativa.

Com efeito, os exagerados níveis de remuneração, auto-arbitrados por diversas das Assembléias Estaduais e Câmaras Municipais do País, para seus Deputados e Vereadores, operam um duplo efeito multiplicador, em cascata: ao mesmo tempo que estimulam uma espécie de indesejável emulação no que se poderia chamar de tendência à isonomia do mau exemplo, fornecem



comunicação preciosa — e lamentavelmente procedente — a todas as campanhas (bem ou mal-intencionadas) que redundam, por extensão do particular para o geral, em desmoralização dos mandatários e, assim, dos próprios mandatos populares. Resultam, portanto, em decomposição da democracia mesma.

Por tudo isso, esta emenda apresenta, substantivamente, um sentido eminentemente saneador das nossas renascentes instituições democráticas, tanto quanto satisfaz adjetivamente, todos os requisitos de validade constitucional previstos no art. 60 da Carta Magna.

Sala das Sessões, 15 de dezembro de 1989. — Nelson Carneiro — Fernando Henrique Cardoso — Ronan Tito — Pompeu de Sousa — Jarbas Passarinho — Moisés Abrão — Nelson Wedekin — Mauro Benevides — Mauricio Corrêa — Louremberg Nunes Rocha — Marcondes Gadelha — Antônio Lulz Maya — Alexandre Costa — Odacir Soares — Hugo Gontijo — Márcio Lacerda — Mendes Canale — João Calmon — Irapuan Costa Júnior — Roberto Campos — Gerson Camata — Marcos Mendonça — Nabor Júnior — Leite Chaves — Olavo Pires — Severo Gomes.

Publicado no DCN (Seção II), de 16-12-89



SENADO FEDERAL

EMENDA N.º 1 (De Plenário)

Oferecida à proposta de Emenda à Constituição n.º 5, de 1989, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Art. 1.º É acrescentado ao art. 29 da Constituição Federal o seguinte item VII, renumerando-se os demais:

“VII — o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.”

Justificação

A presente emenda constitucional visa a corrigir o texto da Carta Magna bem como a evitar a insolvência de muitos municípios brasileiros, com a aplicação de grande parte de sua renda comprometida com o pagamento dos Senhores Vereadores que têm o condão de votar as suas próprias leis através de dispositivo legal.

O limite de 75% (setenta e cinco por cento) de remuneração e do montante da despesa a ser efetuada com a remuneração dos Vereadores virá beneficiar consideravelmente os municípios brasileiros que poderão, doravante, utilizar seus recursos de forma mais equânime.

Sala das Sessões, 14 de maio de 1990. — Nelson Carneiro — Antonio Luiz Maya — Nabor Júnior — Ney Maranhão — Afonso Sancho — Francisco Rollemberg — João Colmon — Chagas Rodrigues — Maurício Corrêa — Márcio Lacerda — Humberto Lucena — Mauro Benevides — José Paulo Bisol — Mansueto de Lavor — Luiz Viana — Pompeu de Sousa — Jutahy Magalhães — Alfredo Campos — Meira Filho — Jorge Bornhausen — Cld Sabóia de Carvalho — José Fogaça — Louremberg Nunes Rocha — Marco Maciel — José Ignácio Ferreira.

Publicado no DCN (Seção II), de 15-5-90

Centro Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF



COMISSÃO DIRETORA
PARECER Nº 459, DE 1990

Redação final da Proposta de
Emenda à Constituição nº 5, de 1989.

APROVADA, em 12/12/90
A CÂMARA em 05/01/91

A Comissão Diretora apresenta a redação final da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Sala de Reuniões, em de de 1990.

, PRESIDENTE

, RELATOR



ANEXO AO PARECER Nº , DE 1990

Redação final da Proposta de
de Emenda à Constituição nº 5, de
1989.

Dispõe sobre a remuneração
dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

Art. 1º - O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais."

Art. 2º - São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais:

"VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município;"

Aracaju, 12/12/90

REQUERIMENTO Nº 496, DE 1990



Nos termos do art. 275, alínea "b", item do Regimento Interno, requero o encerramento da discussão de Projeto da Proposta de Emenda à Constituição Nº. 5/89.

José Joaquim
Ferreira

Sala das Sessões, em 12/12/90

Roslan Tit

Fernando H. Cardoso

(PFL) - Marco Maciel



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61-C, DE 1990

REDAÇÃO DO VENCIDO PARA APRECIÇÃO EM SEGUNDO TURNO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os arts. 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados federais".

Art. 2º São acrescentados ao artigo 29 da Constituição Federal, os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais.

"VI - remuneração dos vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município".

Sala da Comissão, em 17 de março de 1992.


Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente


Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".

PARECER

A Comissão Especial destinada a proferir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, que "dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores", em reunião realizada hoje, em 17 de março de 1992, aprovou unanimemente a Redação para apreciação em segundo turno oferecida pelo Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 61-B, de 1990.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Miro Teixeira, Antonio Barbara, César Bandeira, Nelson Jobim, Pedro Novais, Solon Borges dos Reis, Lourival Freitas, João Rodolfo e Liberato Caboclo.

Sala da Comissão, em 17 de março de 1992.

Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente

Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

RUA 100, Nº 37 - CX. POSTAL, 22 - TELEFONE: (0473) 66-0259

Ofício Nº 1.293/91.

Balneário Camboriú, 03 de dezembro de 1991.

EXMO. SR.
DEPUTADO PRESIDENTE DA CÂMARA FEDERAL
CÂMARA FEDERAL
PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA - DF.

De ordem,
Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa,
Anexo-se ao processo referente ao
Projeto de Lei n.º PEC 61/90.

Em, 11 / 12 / 91

SENHOR PRESIDENTE

Abeguar Machado Massera
Chefe do Gabinete

Através do presente, faço chegar às mãos de V. Ex^a., cópia fiel do Ofício nº. 1.291/91, encaminha do nesta data ao Presidente do Congresso Nacional, contendo os termos da MOÇÃO Nº. 113/91, de autoria do senhor Vereador JORGE LUIZ DOS SANTOS, subscrita pelo Vereador José Lourenço de Oliveira, ambos da Bancada do P.R.N.

A presente Moção trata de protesto e contrariedade à aprovação de Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, fixando percentuais aos valores percebidos pelos Deputados Federais, Deputados Estaduais e Vereadores.

À pedido dos Vereadores proponentes, solicito de V. Ex^a. que envide esforços, no sentido de que efetivamente este Projeto de Lei não venha ser aprovado, o que acarretaria gastos elevados aos cofres públicos.

Na certeza de seu apoio à esta solicitação, aproveito esta oportunidade, para enviar à V. Ex^a., meus protestos de estima e consideração.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

RS
Vereador - REMI DA SILVA OSÓRIO
PRESIDENTE

Aprovado a proposta. A matéria vai à Comissão Especial, para elaborar a redação a ser submetida ao segundo turno de discussão e votação.

Em 11 de março de 1992.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61-B, DE 1990

(Do Senado Federal)

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade desta e das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas; e, da Comissão Especial, pela aprovação desta e prejudicialidade das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, A QUE SE REFEREM OS PARECERES, TENDO APENSADAS AS DE Nºs 26/89, 31/89, 25/91, 32/91 e 76/91).

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - PECs apensadas:
 - PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91, 32/91 e 76/91.
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
 - parecer do Relator
 - parecer da Comissão
- IV - Na Comissão Especial:
 - termo de recebimento de emendas

- parecer do Relator
- parecer Reformulado
- parecer da Comissão

Art. 1º O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados federais.”

Art. 2º São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos: VI e VII, renumerando-se os demais:

“VI - remuneração dos vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.”

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1990 -
Senador Nelson Carneiro, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

* Republica-se por incorreções no anterior

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO III Dos Estados Federados

Art. 27. O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescentado de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela assembleia legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do prefeito e do vice-prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do prefeito e do vice-prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de vereadores proporcional à população do município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V - remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores fixada pela câmara municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município;

VII - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo estado, para os membros da assembleia legislativa;

VIII - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

IX - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da câmara municipal;

X - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XII - perda do mandato do prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos estados, no Distrito Federal e nos territórios, e, nos municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo prefeito;

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

SEÇÃO III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

SINOPSE

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 1989

Dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

Apresentado pelo Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores

Lido no expediente da Sessão de 15-12-89 e publicado no DCN (Seção II) de 16-12-89. À SSCL.

Em 13-3-90, é designada comissão mista para emitir parecer sobre a APEC nº 5/89, composta por PMDB Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides, João Calmon, Márcio Lacerda, Aureo Mello, Luiz Viana e Nabor Júnior; PFL João Menezes, Divaldo Suruagy e Jorge Bornhausen; PSDB Chagas Rodrigues e Jutahy Magalhães; PTB Carlos De'Carli; PDC Carlos Patrocínio; PDS Jarbas Passarinho e PSB Jamil Haddad

Em 2-5-90, incluído em ordem do dia, para deliberação sobre o prosseguimento da tramitação.

Em 2-5-90, aprovado o prosseguimento de sua tramitação. À SSCL. para inclusão da matéria em ordem do dia.

Em 14-5-90, anunciada a matéria, é lida a Emenda nº 1-PLEN, subscrita pelo Senador Nelson Carneiro, e outros. Discussão encerrada, sem debates, voltando à comissão especial para exame da emenda. À SSCOM.

Em 3-12-90, incluído em ordem do dia, votação em primeiro turno.

Em 4-12-90, aprovada, em primeiro turno, a proposta por 47 votos SIM; 2 NÃO, e a emenda a ela apresentada por 47 votos SIM; 4 NÃO, após usarem da palavra no encaminhamento da votação

os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Mauro Benevides, Pompeu de Sousa, Marco Maciel, Meira Filho e Maurício Corrêa. À SSCL.

Em 11-12-90, incluído em ordem do dia, discussão em segundo turno.

Em 12-12-90, discussão encerrada, nos termos do Requerimento nº 496, do Senador Ronan Tito e outros Líderes, lido e aprovado nesta oportunidade. Aprovada a proposta, em segundo turno, por 46 votos SIM; 2 NÃO. A Comissão Diretora para a redação final. Leitura do Parecer nº 459-CDIR, relatado pelo Senador Pompeu de Sousa, oferecendo a redação final da matéria. Aprovada.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº 596, de 17-12-90

SM/Nº 596

Em 17 de dezembro de 1990

A Sua excelência o Senhor
Deputado Luiz Henrique
DD, Primeiro Secretário da Câmara dos
Deputados

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à revisão da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração. Senador Pompeu de Sousa, Primeiro Secretário, em exercício.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 1989

(DO SR. ZIZA VALADARES)

APENSADA A DE Nº 61/90

Dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27 passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais fica fixada, no máximo, em dois terços do que percebem, em espécie, os Deputados Federais, vedada, além desse limite a percepção de pagamentos ou auxílios, a qualquer título."

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A nova Constituição assegurou uma série de isonomias e vinculações salariais, abrangendo cargos e carreiras dos três Poderes, conforme se pode depreender das previsões consubstanciadas em seus arts. 39 § 1º; 27 § 2º; 93; 153, V; 241; e 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A presente Emenda Constitucional objetiva dar nova redação ao § 2º do art. 27, que trata da remuneração dos deputados estaduais, buscando evitar que o "efeito cascata", das isonomias e vinculações venha a se constituir em ônus inusportável para as já combalidas economias dos Estados. A outra preocupação, eminentemente moralista, é evitar desgastes à imagem do Legislativo, pelos aspectos desmoralizantes proporcionados por aumentos indiscriminados e descabidos, como podemos observar na tabela anexa divulgada pelo Jornal da Tarde em 30 de maio de 1989, na qual podemos constatar valores absurdos em determinados Estados, onde os salários dos deputados estaduais superam sobremaneira os dos deputados federais.

Com a alteração vislumbrada, vincula-se a remuneração do deputado estadual e, conseqüentemente, em alguns Estados, a dos prefeitos e vereadores à percebida pelo deputado federal, numa proporção máxima de dois terços, considerando-se a remuneração federal como parâmetro.

Resalte-se que o art. 27, em seu caput, já estabelece uma vinculação numérica: "O número de Deputados à Assembléia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados...", e que o § 2º trará precipuamente das remunerações dos parlamentares estaduais.

Brasília, 8 de junho de 1989. — Deputados Ziza Valadares — Miro Teixeira — Álvaro Antônio — Rose de Freitas — Maria de Lourdes Abadia — José Ulisses de Oliveira — Juarez Marques Batista — Sérgio Werneck — Koyu Iha — Rodrigues Palma — Cristina Tavares — Octávio Ellisio — Paulo Roberto — Domingos Juvenil — Paulo Ramos — José da Conceição — José Carlos Grecco — Sandra Cavalcanti — Márcio Braga — Oscar Corrêa — Francisco Benjamin — Roberto Brant — Manoel Moreira — Matheus Iensen — Amaury Müller — Vladimir Palmeira — Ilegível — Leopoldo Bessone — Hermes Zanetti — Borges da Silveira — Expedito Machado Basílio Villani — Daso Coimbra — Waldyr Pugliesi — Alarico Abib — Darcy Dellos — Jorge Uequed — Adroaldo Streck — Célio de Castro — Hélio Du-

que _ Joaci Goes _ Artur da Távola _ Euclides Scalco _
 Egidio Ferreira Lima _ Dirce Tutu Quadros _ Mendes Bot-
 telho _ Carlos Mosconi _ Vilson Sousa _ Vicente Bogo _
 Robson Marinho _ José Guedes _ Francisco Küster _ Ra-
 quel Capiberibe _ Beth Azize _ Nelson Aguiar _ Raul
 Belém _ Melo Freire _ José Carlos Sabóia _ Uldurico
 Pinto _ Eduardo Bonfim _ Lidice da Mata _ Nelton Frie-
 drich _ Sigmaringa Seixas _ Abigail Feitosa _ Antonio-
 carlos Mendes Thame _ Carlos Cotta _ Edmundo Galdino _
 Simão Sessim _ Ernani Boldrim _ Messias Soares _ Mau-
 rício Campos _ Victor Faccioni _ Elias Murad _ Nyder
 Barbosa _ Alécio Dias _ Alysson Paulinelli _ Silvio
 Abreu _ Lúcio Alcântara _ Mauro Campos _ Moema São
 Thiago _ Rita Camata _ Pedro Canedo _ José Costa _
 Luiz Leal _ Milton Lima _ Sérgio Naya _ Hélio Costa _
 Mauricio Pádua _ Milton Reis _ Ronaldo Carvalho _ Aéc-
 cio Neves _ João Paulo _ Paulo Paim _ Irma Passoni _
 Florestan Fernandes _ Carlos Alberto Caó _ César Maia
 _ Tadeu Franca _ Vivaldo Barbosa _ Chagas Neto _ José
 Viana _ Nilson Gibson _ Ubiratan Aguiar _ Ernesto Gra-
 della _ Manuel Domingos _ Plínio Arruda Sampaio _ Be-
 nedita da Silva _ Israel Pinheiro _ Aloísio Vasconce-
 los _ Maguito Vilela _ Paulo Mincarone _ Marcelo Cor-
 deiro _ Luiz Alberto Rogrigues _ Carlos Benevides _
 Luiz Marques _ Valmir Campelo _ Renato Bernardi _ José
 Luiz de Sá _ Marcos Formiga _ Luiz Soyer _ Manoel Mota
 _ Alziro Gomes _ Dionísio Dal Prá _ Jacy Scanagatta _
 Tidei de Lima _ José Queiroz _ Djenal Gonçalves _ Lau-
 ro Maia _ Vinícius Cansação _ José Camargo _ José Ti-
 noco _ Horácio Ferraz _ Milton Barbosa _ Christóvam
 Chiaradia _ Ronaro Corrêa _ Ibrahim Abi-Ackel _ Saulo
 Coelho _ Nosser Almeida _ Antônio Gaspar _ José Tei-
 xeira _ Alcides Lima _ Annibal Barcellos _ José Dutra
 _ Leur Lomanto _ Sérgio Brito _ Asdrúbal Bentes _ José
 Mauricio _ Francisco Rolim _ Jorge Medauar _ Lael Va-
 rella _ Genésio Bernardino _ Rosa Prata _ Manoel Cas-
 tro _ Lysâneas Maciel _ Cid Carvalho _ Jofran Frejat _
 José Elias _ Eduardo Moreira _ Neuto de Conto _ Valdir
 Colatto _ João Carlos Bacelar _ Nestor Duarte _ Luiz
 Salomão _ Inocêncio Oliveira _ Geraldo Campos _ Max
 Rosenmann _ José Carlos Martínez _ Fernando Bezerra
 Coelho _ Lézio Sathler _ Osvado Macedo _ Roberto
 Vital.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
 DAS COMISSÕES PERMANENTES
 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 TÍTULO III

Da Organização do Estado

.....
 CAPÍTULO III

Dos Estados Federados

.....
 Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legisla-
 tiva corresponderá ao triplo da representação do Esta-
 do na Câmara dos Deputados e, atingido o número de

trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

CAPÍTULO VII

Da Administração Pública

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

TÍTULO IV

Do Organização dos Poderes

CAPÍTULO III

Do Poder Judiciário

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V - os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII - O juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, ~~se o~~ interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores poderá ser constituído órgão especial, como o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

.....

TÍTULO VI
Da Tributação e do Orçamento
CAPÍTULO I
Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO III

Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

V _ operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

TÍTULO IX

Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 53. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

I _ aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;

II _ pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;

III _ em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual a do inciso anterior;

IV _ assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

V _ aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;

VI - prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuem ou para suas viúvas ou companheiras.

Parágrafo único. A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 1989

(DO SR. ANTONIO SALIM CURIATI)

APENSADA A DE Nº 61/90

Introduz alteração no parágrafo 2º do artigo 27 da Constituição Federal, fixando teto para a remuneração dos Deputados Estaduais.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 1989)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 2º do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27.
§ 2º. A remuneração dos Deputados Estaduais, que não poderá exceder a 80% da percebida pelos Deputados Federais, será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e § 2º, I.

JUSTIFICAÇÃO

O ideal da plena autonomia dos Estados frente ao Poder Central infelizmente ainda não pode ser lograda, como desenável e à

feição do sistema Federativo, face a distorções de comportamento como a que se infere da proposta de modificação constitucional que ora estamos submetendo à consideração de nossos demais Pares.

Foi verdadeiramente estarrecidos que nos defrontamos com a notícia veiculada pelo jornal "Correio Braziliense de 5 de julho último, de que os Senhores Deputados Estaduais da Paraíba fixaram em dezesete mil cruzados novos seus subsídios diretos, indo os gastos do Estado, com a remuneração de seus parlamentares, a vinte e quatro mil cruzados novos com a soma, à parte recebida em espécie, de vantagens de variada natureza.

Quando, consoante referida notícia, uma professora da aquele Estado ganha por volta de cem cruzados novos mensais, a fixação, pelos Deputados Estaduais da Paraíba, de seus subsídios, no montante noticiado, constitui, mais do que um acinte face às agruras de um povo que mal ganha para comer, como é o caso da maioria dos brasileiros, um verdadeiro escárnio, a abalar o conceito, já fragilizado por outras mazelas de tantos homens públicos, da classe política deste País.

Ao que se comenta, o caso do Estado da Paraíba não é isolado, havendo exemplos, em outros Estados, de atitudes a essa iguais e que se podem qualificar - repisando - de quase insanidade, face ao quadro de aflição do povo brasileiro, em sua maioria mal ganhando para comer.

Há, assim, que opor obstáculo a atitudes como a que ora apontamos, e entendemos que a única maneira de evitar a continuidade ou imitação de comportamento tão reprochável o será através da ~~fixação~~ de um teto máximo de remuneração pelo exercício do mandato legislativo estadual, tendo como parâmetro, como o estamos propondo, os subsídios percebidos pelos parlamentares federais.

A presente iniciativa, de outra parte, deve constituir um alerta para nós outros, a fim de que, ao fixarmos os nossos subsídios, ajamos com ponderação, critério e espírito público.

Com as precedentes considerações submetemos aos nossos demais Pares a presente proposta de modificação constitucional, espe

rando que ela mereça o apoio de todos, eis que se nos afigura medida adequada a por cobro a comportamento tão censurável como esse de que nos deu notícia o jornal Correio Braziliense, consoante já mencionado.

Sala das Sessões, em de agosto de 1989.


Deputado ANTONIO SALIM CURIATI

AFRÍSIO VIEIRA LIMA	SALATIEL CARVALHO	VICTOR FACCIONI
RENATO BERNARDI	MOISÉS AVELINO	TADEU FRANÇA
IVO MAINARDI	ELIAS MURAD	MAURO FECURY
CARLOS MOSCONI	PLÍNIO MARTINS	MAURÍCIO FRUET
PAULO RAMOS	FERNANDO SANTANA	FELIPE MENDES
PAULO PAIM	ERNESTO GRADELLA	NÉLSON AGUIAR
ANNIBAL BARCELLOS	NOSSER ALMEIDA	RICARDO IZAR
WALDYR PUGLIESI	ROSA PRATA	RONARO CORRÊA
GONZAGA PATRIOTA	MÁRIO MARTINS	EDMUNDO GALDINO
ARISTIDES CUNHA	FERNANDO VELASCO	ANTÔNIO DE JESUS
JOÃO DE DEUS ANTUNES	ADHEMAR DE BARROS FILHO	ALZIRO GOMES
RITA CAMATA	GIDEL DANTAS	FLÁVIO ROCHA
PAULO SIDNEI	JOSÉ LINS	MÁRIO LIMA
JOÃO PAULO	JOSÉ CARLOS VASCONCELOS	UBIRATAN SPINELLI
LAURO MAIA	OSMUNDO REBOUÇAS	DENISAR ARNEIRO
GUSTAVO DE FARIA	JOSÉ LUIZ MAIA	ANTÔNIO UENO
RAUL BELÉM	HAROLDO SANFORD	JOÃO AGRIPINO
SAMIR ACHÔA	HAROLDO LIMA	ORLANDO BEZERRA
NÉLSON SEIXAS	PAULO ZARZUR	MELLO REIS
CUNHA BUENO	DARCY POZZA	JONAS PINHEIRO
SIGMARINGA SEIXAS	GENÉSIO DE BARROS	EURICO RIBEIRO
ILEGÍVEL	AMAURY MÜLLER	JONES SANTOS NEVES
JOÃO MAIA	DASO COIMBRA	JOSÉ MARIA EYMAEL
EDIVALDO HOLANDA	RUBEM BRANQUINHO	EDUARDO SIQUEIRACAMPOS
RAIMUNDO BEZERRA	ELIEL RODRIGUES	JORGE VIANNA

TITO COSTA
SÍLVIO ABREU
MALULY NETO
EUNICE MICHILES
DEL BOSCO AMARAL
PAES LANDIM
HÉLIO COSTA
RODRIGUES PALMA

PAULO MARQUES
AIRTON SANDOVAL
NÉLSON SABRÁ
JÚLIO CAMPOS
AROLDE DE OLIVEIRA
LEVY DIAS
PAULO MINCARONE
MAGUITO VILELA
LUIZ SOYER
JOSÉ CARLOS COUTINHO
MILTON REIS
JOSÉ GUEDES
ROBSON MARINHO
PAULO ROBERTO
ADAUTO PEREIRA
OSVALDO SOBRINHO
OSWALDO ALMEIDA
LAEL VARELLA
VILSON SOUZA
ALÉRCIO DIAS
MANOEL MOREIRA
LEONEL JÚLIO
DARCY DEITOS
ERALDO TRINDADE

MANOEL MOTA
ROBERTO AUGUSTO
HÉLIO MANHÃES
ROBERTO JEFFERSON
JOSÉ MAURÍCIO
JOÃO DA MATA
PEDRO CANEDO
GERALDO ALCKMIN FILHO
RONALDO CARVALHO
LUIZ MARQUES
ABIGAIL FEITOSA
GERALDO CAMPOS
JOSÉ LUIZ DE SÁ
MANUEL DOMINGOS
EDUARDO MOREIRA
FIRMO DE CASTRO
NYDER BARBOSA
ASSIS CANUTO
HARLAN GADELHA
ANTÔNIO FERREIRA
ARTENIR WERNER
ALEXANDRE PUZYNA
FRANCISCO CARNEIRO
HÉLIO DUQUE
RAUL FERRAZ
ENOC VIEIRA
GUMERCINDO MILHOMEM
GÉRSO MARCONDES
JOSÉ CARLOS GRECCO
DORETO CAMPANARI
FRANCISCO SALES
MESSIAS SOARES

JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA
RENATO VIANA
ERNANI BOLDRIM
THEODORO MENDES
JOSÉ QUEIROZ
ALCIDES LIMA
GEOVANI BORGES
BEZERRA DE MELO
ELIÉZER MOREIRA
ILEGÍVEL
VICENTE BOGO
ROBERTO BALESTRA
JOSÉ CARLOS SABÓIA
CARLOS ALBERTO CAÓ
MICHEL TEMER
MAURO CAMPOS
JOSÉ EGREJA
FRANCISCO ROLIM
TELMO KIRST
ISRAEL PINHEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
EDUARDO MOREIRA
IBERÊ FERREIRA
JOSÉ DA CONCEIÇÃO
SAULO COELHO
CHRISTÓVAM CHIARADIA
CLEONÂNIO ~~FONSECA~~
ANTÔNIO CÂMARA
LURDINHA SAVIGNON
ARNOLD FIORAVANTE
LEOPOLDO BESSONE
CLÁUDIO ÁVILA
GABRIEL GUERREIRO

**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

.....
Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO
.....

Capítulo III
DOS ESTADOS FEDERADOS
.....

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

.....
§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.
.....

.....
Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
.....

Capítulo I
DO PODER LEGISLATIVO
.....

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

.....
§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
.....
.....

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 1991
(Do Sr. Magalhães Teixeira)

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A remuneração total dos Deputados Estaduais será de até noventa por cento do valor da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal."

Art. 2º O inciso V do art. 29 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - remuneração dos Prefeitos corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data da sua eleição, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, e obedecendo as seguintes percentuais:

- a) 100%, nos Municípios com mais de um milhão de eleitores;
- b) 90%, nos Municípios com quinhentos mil até novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- c) 80%, nos Municípios com duzentos e cinquenta mil até quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- d) 75%, nos Municípios com cem mil até duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- e) 65%, nos Municípios com cinquenta mil até noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- f) 55%, nos Municípios com quarenta mil até quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- g) 45%, nos Municípios com trinta mil até trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- h) 35%, nos Municípios com vinte mil até vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- i) 25%, nos Municípios com dez mil até dezenove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- j) 20%, nos Municípios com até nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores."

Art. 3º Acrescente-se ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos VI, VII e VIII, renumerando-se os demais:

"VI - os estípidios dos Vice-Prefeitos corresponderão a vinte por cento do valor da remuneração dos respectivos titulares, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VII remuneração dos Vereadores corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data da sua eleição, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, e obedecendo as seguintes percentuais:

- a) até 80%, nos Municípios com mais de um milhão de eleitores;
- b) até 70%, nos Municípios de setecentos e cinquenta mil até novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- c) até 60%, nos Municípios de quinhentos mil até setecentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- d) até 50%, nos Municípios de quatrocentos mil até quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- e) até 40%, nos Municípios de trezentos mil até trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- f) até 30%, nos Municípios de duzentos mil até duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- g) até 20%, nos Municípios de cento e cinquenta mil até cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- h) até 10%, nos Municípios de cem mil até cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- i) até 9%, nos Municípios de oitenta mil até noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

j) até 8%, nos Municípios de sessenta mil até setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

k) até 7%, nos Municípios de quarenta mil até cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

l) até 6%, nos Municípios de vinte mil até trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

m) até 5%, nos Municípios de dez mil até dezenove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

n) até 4%, nos Municípios de cinco mil até nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

o) até 3%, nos Municípios com até quatro mil, novecentos e noventa e nove eleitores.

VIII respeitados os percentuais supramencionados, o montante da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, a cinco por cento da receita do Município."

Art. 4º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 49 da Constituição:

"Parágrafo único. Os valores da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, serão reajustados, uniformemente, por atos das respectivas Mesas, na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União."

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição, com evidente escopo moralizador, busca disciplinar a remuneração dos Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores.

O assunto é de especial interesse para todos os ocupantes de cargos eletivos e especialmente a população, ressentida com as informações veiculadas nos órgãos de imprensa acerca da desproporção entre os vencimentos dos Deputados Estaduais e dos Prefeitos e Vereadores, que abala e desacredita o Poder Legislativo como um todo.

Urge o disciplinamento da matéria, através da fixação de parâmetros para tais estípidios, respeitando, contudo, os diferentes graus de desenvolvimento e por conseguinte de distribuição de riquezas de cada região. Não se justifica a disparidade atualmente existente, em que municipalidades, cuja maioria da população é considerada de baixa renda, suportam o ônus de altos vencimentos a seus representantes, chegando a equipará-los aos concedidos a representantes de grandes cidades, onde a renda per capita é bem mais significativa.

A proposta visa a uniformização de vencimentos, no mesmo quadrante em que o Constituinte de 88 correlacionou o número de vereadores com o de habitantes. Para tanto, estabelece a proporcionalidade entre os vencimentos e o número de eleitores do Município, considerando-se que este número seja o mais próximo da faixa populacional economicamente ativa. Tal critério reveste-se, ainda, da vantagem de fácil aferição do corpo eleitoral, feita pela Justiça Eleitoral no período que precede cada eleição.

Esperamos, assim, com a propositura, contribuir para o resgate da credibilidade da classe política e o fortalecimento das instituições de representação popular.

Sala das Sessões, em 23 de *Julho* de 1991.

Deputado *MAURILHES TEIXEIRA*

PAULO PAIM
 EDESIO FRIAS
 GERALDO ALCKMIN FILHO
 LAIRE ROSADO
 JOSE GENOINO
 MAURO SAMPAIO
 DJENAL GONÇALVES
 EDSON SILVA
 LAPROVITA VIEIRA
 JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
 JOSE MOURA
 NILSON GIBSON
 CELIO DE CASTRO
 MANOEL MOREIRA
 SERGIO AROUCA
 RAQUEL CANDIDO
 FABIO FELDMANN
 LUIZ TADEU LEITE
 EDUARDO MASCARENHAS
 LUIZ HENRIQUE
 DIOGO MOMURA
 MARCELINO ROMANO MACHADO
 PEDRO TASSIS
 ANDRE BENASSI
 ANTONIO BRITTO
 JORGE TADEU MUDALEN
 LUIZ CARLOS SANTOS
 REGINA GORDILHO
 SANDRA STARLING
 ROBERTO FREIRE
 ANTONIO CARLOS MENDES THAME
 PAULO HARTUNG
 GASTONE RIGHI
 JOSE LOURENÇO
 JOAO RODOLFO
 MAGALHAES TEIXEIRA
 DEJANDIR DALPASQUALE
 JOAO PAULO
 AUGUSTO CARVALHO
 JURANDYR PAIXAO
 CARDOSO ALVES
 PEDRO MOVAIS
 JERONIMO REIS
 FABIO MEIRELLES
 HUGO BIEHL
 CUNHA BUENO
 VITTORIO MEDIOLI
 JOAO MELLAO NETO
 ALUIZIO ALVES
 ADROALDO STRECK
 JACKSON PEREIRA
 PINGA FOGO DE OLIVEIRA
 WALTER MORY
 WILSON MOREIRA
 JAYME SANTANA
 JOSE CARLOS SABOIA
 GUSTAVO KRAUSE
 RITA CAMATA
 ANTONIO FALEIROS
 AECIO NEVES
 PAULO DELGADO
 IRMA PASSONI
 JABES RIBEIRO
 EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
 ARNO MAGARINOS
 IVANI GUERRA
 SANDRA CAVALCANTI
 GEORGE TAKIMOTO

VALTER PEREIRA
 CIRO MOGUEIRA
 ROSE DE FREITAS
 JOAO BAPTISTA MOTTA
 EDUARDO MATIAS
 IVAN BURITY
 MAURILIO FERREIRA LIMA
 CLOVIS ASSIS
 ADAO PRETTO
 LUIZ SOYER
 TUGA ANGERAMI
 JORIO DE BARROS
 AECIO DE BORBA
 BENEDITO DOMINGOS
 ROBERTO MAGALHAES
 NELSON MARQUEZELLI
 FERNANDO FREIRE
 VICTOR FACCIONI
 RONALDO CAIADO
 WILSON CUNHA
 VASCO FURLAN
 FRANCISCO DIOGENES
 TADASHI KURIKI
 LEONAR QUINTANILHA
 CIDINHA CAMPOS
 SIMAO SESSIM
 JOAO FAUSTINO
 PINHEIRO LANDIM
 JONI VARISCO
 JOSE SANTA DE VASCONCELLOS
 AVENIR ROSA
 OSWALDO STECCA
 GILVAM BORGES
 ANTONIO BARBARA
 RENATO VIANNA
 JOSE LUIS MAIA
 SALATIEL CARVALHO
 OSCAR TRAVASSOS
 SIDNEY DE MIGUEL
 JOSE LUIZ CLEROT
 TILDEN SANTIAGO
 MARCELO BARBIERI
 CARLOS LUPI
 JOSE FALCAO
 CLEONANCIO FONSECA
 RUBENS BUENO
 Derval de Paiva
 ZILA BEZERRA
 JOSE LINHARES
 VALDENOR GUEDES
 EDUARDO MOREIRA
 EDI SILIPRANDI
 EDISON FIDELIS
 ALBERTO GOLDMAN
 TIDEI DE LIMA
 MAURICIO CALIXTO
 ELIAS MURAD
 JONAS PINHEIRO
 JOSE MUCIO MONTEIRO
 AUGUSTO FARIAS
 JAIR AZI
 VADAO GOMES
 OSMANIO PEREIRA
 MARINO CLINGER
 NEITOR FRANCO
 BENEDITO DE FIGUEIREDO
 MEY LOPES
 JOAO TEIXEIRA

PEDRO VALADARES
 ROBERTO ROLLEMBERG
 CALDAS RODRIGUES
 PAULO TITAN
 CELSO BERNARDI
 GERSON PERES
 VICENTE FIALHO
 PAULO HESLANDER
 WILSON CAMPOS
 EDUARDO JORGE
 WALDOMIRO LIMA
 MIRO TEIXEIRA
 JAIR BOLSONARO
 SAID FERREIRA
 PAULINO CICERO DE VASCONCELOS
 LOURIVAL FREITAS
 JOSE DIRCEU
 AGOSTINHO VALENTE
 KOYU IHA
 JOSE SERRA
 PAULO SILVA
 EDMUNDO GALDINO
 FLAVIO ARNS
 MUNHOZ DA ROCHA
 PAULO BERNARDO
 SERGIO MACHADO
 JOSE FORTUNATI
 ARIOSTO HOLANDA
 JUTAHY JUNIOR
 IVO MAINARDI
 PAES LANDIM
 PEDRO PAVAO
 VALDEMAR COSTA
 AVELINO COSTA
 FLAVIO ROCHA
 ROBERTO TORRES
 FRANCISCO EVANGELISTA
 SIGMARINGA SEIXAS
 JOSE REINALDO
 BETO MANSUR
 LUCIANO PIZZATTO
 LIBERATO CABOCCO
 PAULO DUARTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
 DAS COMISSÕES PERMANENTES



Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo III
 DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

Capítulo IV DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VI — inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

VIII — julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I DO PODER LEGISLATIVO

Seção II Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, e permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder quinze dias;

IV — aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V — sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI — mudar temporariamente sua sede;

VII — fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VIII — fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I;

IX — julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X — fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI — zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII — apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII — escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV — aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV — autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI — autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII — aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 1991

(Do Sr. Lourival Freitas)

Dispõe sobre a remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se ao § 2º do art. 27 da Constituição Federal, a seguinte redação:

"§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, não podendo as parcelas por eles percebidas, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete ou para o exercício do mandato parlamentar, ultrapassarem o valor equivalente a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais."

Art. 2º São acrescentados ao art. 27 da Constituição Federal, os seguintes parágrafos que serão os §§ 3º e 4º, respectivamente, renumerando-se os demais:

"§ 3º As despesas com pessoal destinadas à assessoria de gabinete, cuja contratação se ja através de indicação dos Deputados Estaduais, não poderá exceder a 75% das despesas despendidas com o Secretariado Parlamentar, ou equivalente, dos Deputados Federais."

"§ 4º É vedado aos Deputados Estaduais o recebimento, em espécie, de qualquer outra vantagem necessária ao exercício parlamentar."

Art. 3º São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI, VII e VIII, renumerando-se os demais:

VI — as parcelas percebidas em espécie pelos Vereadores, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete, não excederão a setenta e cinco por cento do valor estabelecido, em espécie, para a remuneração dos Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII — é vedado aos Vereadores o recebimento, em espécie, de qualquer outra vantagem necessária ao exercício parlamentar;

VIII — o total das despesas a que se refere o inciso VI não poderá ultrapassar o montante de 2 (dois) por cento da receita do município, com impostos e transferências constitucionais.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira tem repetidamente cobrado da classe política uma postura de seriedade no que se refere a exegores que infelizmente têm sido cometidos por alguns legislativos locais no que tange à remuneração de seus membros.


São frequentes as denúncias de que Câmaras de Municípios desprovidos de recursos obrigam verdadeiros "marajás", numa grave afronta à população geralmente carente.

Além de substancial remuneração direta, alguns legislativos ainda conferem vantagens pecuniárias indiretas, na forma de compensações por despesas com pessoal, passagens, cotas de correio, telefone etc.

Acreditamos que é conveniente estabelecer um teto para todas as parcelas recebidas pelos Deputados Estaduais e Vereadores tendo como parâmetro a remuneração dos Deputados Federais.

Assim, nossa Emenda visa, primordialmente, incluir na limitação as parcelas referentes a remuneração indireta que, via de regra, responde pela maior parte do que recebem Deputados Estaduais e Vereadores.

Sala das Sessões, em 21 de 06 de 1991.

Deputado  PAULO SILVA

JOMA PASSONI
VIVALDO BARBOSA
MAGALHÃES TEIXEIRA
FLORESTAN FERNANDES
MARIA LAURA
RICARDO MORAES
CHICO VIGILANTE
SANDRA STARLING
ERNESTO GRADELLA
LUCI CHOINACKI
EDÉSIO PASSOS
ADÃO PRETTO
PAULO BERNARDO
HELIO BICUDO
JAQUES WAGNER
VALDIR GANZER
AGOSTINHO VALENTE
LUIZ GUSHIKEN
ALDO REBELO
BENEDITA DA SILVA
EDUARDO JORGE
RAUL PONT
ALCIDES MODESTO
WILMARIO MIRANDA
ARIOSTO HOLANDA
CARLOS SANTANA
ELIAS M. RAD
TILDEN SANTIAGO
PAULO ROCHA
AUGUSTO CARVALHO
JOSE DIRCEU
PEDRO TONELLI
JOSE CICOTE
GONÇAGA MOTA
MORONI TORQUAN
PAULO DELGADO
NÍCIAS RIBEIRO
MAURI SÉRGIO
SILA BEZERRA

PAULO SILVA
VLADIMIR PALMEIRA
JOSE FORTUNATI
MARIA LUIZA FONTENELE
JABES RIBEIRO
TUGA ANGERAMI
JACKSON PEREIRA
HAROLDO LIMA
FATIMA PELAES
JOSE GENOINO
SOCORRO GOMES
RENILDO CALNEIROS
PAULO PAIM
JAIR BOLSONARO
KOYU IHA
WILSON MOREIRA
ROBERTO FRANCA
JAMIL HADDAD
FLAVIO ARNS
MUNHOZ DA ROCHA
VITTORIO MEDIOLI
ANDRE BEMASSI
JOSE LINHARES
EDMUNDO GALDINO
RUBENS BUENO
ANTONIO FALEIROS
DELICINO TAVARES
CARLOS SCARPELINI
JONI VARISCO
SAID FERREIRA
ROSE DE FREITAS
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
ODACIR KLEIN
FREIRE JUNIOR
RONALDO CAIADO
ROBSON TUMA
WALDIR GUERRA
AMAURY MÜLLER
CARLOS ALBERTO CARPISTA

ADELAIDE HERRI
JOÃO ROSA
PAULO RAMOS
ELIO DALLA-VECCHIA
GIOVANNI QUEIROZ
SILVAN DORGES
ALUISIO ALVES
GERMÃO RIGOTTO
RAQUEL CANDIDO
WILSON MÜLLER
CIDINHA CAMPOS
SIDNEY DE MIGUEL
JUNOT ABI-RAMIA
LAERTE BASTOS
REGINA GORDILHO
LUIS CARLOS HAULY
BETH ASIES
JANDIRA FREGALI
NELSON MARQUESILLI
INOCENCIO OLIVEIRA
CENÁYA
ELOÍCIO MERCADANTE
RENATO VIANNA
CARLOS LUPÍ
CESAR MAIA
GERSON PERES
MAURILIO FERREIRA LIMA
JOSE LUIS CLENOT
MESSIAS GÖES
VITAL DO REGO
MARINO CLINGER
EDSON SILVA
WILSON GIBSON
ELIEL RODRIGUES
AROLD GÖES
JOÃO PAULO
WILTON BAIANO
FIDEL DE LIMA
RUBEN BENTO
JOÃO MENDES
PAES LANDIM
JERONIMO REIS
LUIS BOYER
LAIRE ROSADO
LUIS MOREIRA
TADASHI KURIKI
PEDRO VALADARES
JABES RABELO
GERALDO ALCEMIN FILHO
ROBERTO FREIRE
FRANCISCO RODRIGUES
REDITADIO CASSOL
ROBERTO JEFFERSON
RUBEN MEDINA
PASCOAL ROVAIS
CARLOS CAMURÇA

RIBHEIRO TAVARES
JOÃO CARLOS MACHADO
ALOISIO VASCONCELOS
JOSE THOMAS BONO
EDUARDO NASCARENHAS
FELIPE HERRI
JOSE DELATO
PAULO MANDARINO
ADRIALDO STRECK
ARCIO NEVES
CARRION JUNIOR
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
MARILU GUINARRES
BENEDITO DOMINGOS
ANTONIO DOS SANTOS
ROSEANA SAMPEY
AMARAL NETTO
JOSE CARLOS SABOIA
ANTONIO BRITTO
LUIS ROBERTO PONTE
WALDIR PIRES
PEDRO TASSIS
ANTONIO DE JESUS
ARMANDO COSTA
JURANDYR PAIXÃO
LUIS YADEU LEITE
ALOISIO SANTOS
ROBERTO VALADÃO
CARDOZO ALVES
ERALDO TRINDADE
VALDENOR GUEDES
MAVIANEL CAVALCANTI
EDMAR MOREIRA
SÉRGIO GAUDENSI
HAN SOUZA
JOMAS PINHEIRO
OSVALDO BENDER
MURILO PINHEIRO
DANIEL SILVA
JOSE FALCÃO
JORGE KHOURY
MANOEL CASTRO
SAULO COELHO
NESTOR DUARTE
LAZARO BARBOSA
RONALDO PERIN
ANGELA AMIN
JARVIS GAIDINSKI
CUNHA BUENO
ELISIO CURVO
JOSE AUGUSTO CURVO
HEITOR FRANCO
DJENAL GONÇALVES
RODRIGUES PALMA
HERMINIO CALVINHO
OSVALDO MELO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo III
DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º. Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda

de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

§ 2º. A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

§ 3º. Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º. A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Capítulo IV
DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

VI — Inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII — Proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

VIII — Julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

PEC nº 061/91

Através da proposta de emenda constitucional em exame, propõe-se que a remuneração dos Deputados Estaduais, fixada em cada legislatura para a subsequente pela Assembleias Legislativas dos Estados, tenha seu montante limitado, no máximo, a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

Propõe-se, também, que a remuneração dos Vereadores seja limitada, de igual modo, a setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o disposto no art. 37, XI, da Constituição. Dispõe ainda a proposta que o total da despesa com a remuneração dos Vereado-

res não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

2) PEC nº 026/89

A proposição em apreço determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo dois terços do que percebem, em espécie, os Deputados Federais, sendo vedada, além desse limite, a percepção de pagamento ou auxílios a qualquer título.

Na justificativa, atenta-se para a necessidade de se procurar evitar que o "efeito cascata", proveniente das isonômias e vinculações salariais consagradas na Constituição, venham a se constituir em ônus insuportável para as economias dos Estados.

Atenta-se, ainda, para a necessidade de se recuperar a imagem do Legislativo, desmoralizada por aumentos indiscriminados e descabidos, principalmente em alguns Estados, onde os salários dos Deputados Estaduais muitas vezes ultrapassam os dos Federais.

3) PEC nº 031/89

Através desta proposta, pretende-se, como nas anteriores, limitar o valor da remuneração dos Deputados Estaduais, estabelecendo-se como teto máximo oitenta por cento da remuneração dos Deputados Federais.



4) PEC nº 25/91

A proposta em exame, como as demais, intenta ~~fixar~~ o limite máximo de remuneração dos Deputados Estaduais e também dos Prefeitos e Vereadores.

De acordo com o art. 12, a remuneração dos Deputados Estaduais não poderá ultrapassar o montante de noventa por cento da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores.

Dispõe o art. 22 que a remuneração dos Prefeitos corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data de sua eleição, devendo obedecer aos percentuais que especifica, podendo ir de 100%, no caso de Municípios com mais de um milhão de eleitores, até 20%, nos Municípios com até nove mil novecentos e noventa e nove eleitores.

No art. 32, determina-se que os estipêndios dos Vice-Prefeitos corresponderão a vinte por cento do valor da remuneração dos respectivos titulares, e que a remuneração dos Vereadores deverá corresponder aos percentuais que especifica, tendo como referência a remuneração dos Deputados Federais e dos Senadores, mas devendo ser proporcional ao número de eleitores do Município.

Ainda no art. 32, determina-se que a despesa total com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar a cinco por cento da receita do Município.

O art. 42 propõe que os valores da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, serão reajustados uniformemente por ato das respectivas Mesas, na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União.

5) PEC nº 32/91



Através da proposição em exame, pretende-se ~~fixar~~ como teto para a remuneração dos Deputados Estaduais o valor ~~equivalente a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.~~

Pretende-se, ainda, determinar que as despesas com pessoal destinado à assessoria de gabinete, cuja contratação se dê através de indicação de Deputados Estaduais, não excedam a 75% das despesas despendidas com o Secretariado Parlamentar, ou equivalente, dos Deputados Federais.

Dispõe também a proposta que as parcelas recebidas em espécie pelos Vereadores, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete, não poderão exceder a setenta e cinco por cento do valor estabelecido, em espécie, para a remuneração dos Deputados Estaduais, ressalvado o disposto no art. 37, XI, da Constituição.

Veda-se aos Vereadores o recebimento de qualquer outra vantagem, em espécie, necessária ao exercício parlamentar.

Finalmente, determina-se que o total das despesas com a remuneração de Vereadores não ultrapassará o montante de dois por cento da receita do município.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão compete, de acordo com o art. 202, caput, do Regimento Interno, pronunciar-se preliminarmente quanto à admissibilidade das proposições apresentadas.

Examinando-as, verifico que estão obbecidas as normas constantes do art. 60 da Constituição Federal, não havendo tendência, em qualquer das propostas, de abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

Tendo sido todas apresentadas com o quorum mínimo exigido constitucionalmente, nosso voto é pela admissibilidade

das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 061/91; 028/89; 31/89; 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 1991
 Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
 Relator.

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela "admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 61/90 e das de nºs 26 e 31, de 1989, e 25 e 32, de 1991, apensadas, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Natal - Presidente, Roberto Magalhães, Jurandyr Paixão e Edevaldo Alves da Silva - Vice-Presidentes, Antônio dos Santos, Átila Lins, Benedito de Figueiredo, Ciro Nogueira, Cleonânicio Fonseca, José Burnett, Messias Góis, Nelson Morro, Paes Landim, Paulo Marinho, Pedro Valadares, Raul Belém, Toni Gel, Vitorio Malta, José Dutra, José Luiz Clerot, José Thomaz Nonô, Luiz Soyer, Mauri Sérgio, Nilson Gibson, Renato Vianna, Éden Pedroso, Francisco Evangelista, Vital do Rêgo, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Sigmaringa Seixas, Nelson Trad, Gastone Righi, Rodrigues Palma, Edésio Passos, Hélio Biculo, José Dirceu, Luiz Gushiken, Eduardo Braga, José Maria Eymael, João Mellão Neto, Luiz Piauhyllino, Benedito Domingos, Antônio de Jesus, Ary Kara José, Carlos Benevides, Fe-

lúcio Neri, Ivo Mainardi, Delfim Netto, Magalhães Teixeira,
Moroni Torgan, Edison Fidelis e Maurício Campos.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 1991

Deputado JOÃO NATAL
Presidente

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Relator

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, DE 1991
(DO SR. MARCELINO ROMANO MACHADO)

Dá nova redação ao inciso V do artigo 29 da Constituição Federal.

(APENSE-SE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990).

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único - O inciso V do artigo 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.....

V - a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I, e o seguinte:

- a) subsídio do cargo fixado em cada legislatura, para a subsequente;
- b) verba de representação fixada anualmente."

SÉRGIO CURY
RUBERVAL PILOTTO
JOSÉ LUIZ MAIA
MAURICI MARIANO
WAGNER DO NASCIMENTO
JOSÉ DIRCEU
OSVALDO BENDER
ALACID NUNES
EUCLYDES DE MELLO
VALTER PEREIRA
NILTON BATIANO
LUIZ MOREIRA
RONALDO CAIADO
SAMIR TANNUS
AVELINO COSTA
WILMAR PERES
JOSÉ ELIAS
ELÍSIO CURVO
WALDIR GUERRA
ÂNGELO MAGALHÃES
MARCELO BARBIERI
PAES LANDIM
DELFIN NETTO
CARLOS AZAMBUJA
FERNANDO CARRION
HUGO BIEHL
AMARAL NETTO
JAIR BOLSONARO
FRANCISCO SILVA
JORGE KHOURY
BENITO GAMA
JONIVAL LUCAS
MALULY NETTO
JAIR AZI
ODELMO LEÃO
ROMEL ANÍSIO
RAUL BELÉM
MATHEUS IENSEN
ROBERTO JEFFERSON
EDI SILIPRANDI
ÂNGELA AMIN
FAUSTO ROCHA
ALDIR CABRAL
TADASHI KURIKI
JOSÉ ELIAS MURAD
ARY KARA
LUIZ CARLOS SANTOS
BETO MANSUR
HÉLIO ROSAS
FLORESTAN FERNANDES
EDEN PEDROSO
RAUL PONT
NESTOR DUARTE

SÉRGIO GAUDENZI
JUTAHY JÚNIOR
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
MAURO BORGES
JORGE TADEU MUDALEN
ODACIR KLEIN
CÉLIO DE CASTRO
JAMIL HADDAD
VITTÓRIO MEDIOLI
PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS
OSMÂNIO PEREIRA
MAGALHÃES TEIXEIRA
KOYU IHA
JOSÉ GENOÍNO
NAN SOUZA
GERALDO ALCKMIN FILHO
ROSE DE FREITAS
VICENTE FIALHO
PAULO TITAN
HERMÍNIO CALVINHO
JARVIS GAIDZINSKI
JOÃO MELLÃO NETO
LUÍS EDUARDO
JURANDYR PAIXÃO
ADROALDO STRECK
ARNALDO FARIA DE SÁ
PINHEIRO LANDIM
GASTONE RIGHI
PAULO MANDARINO
GERSON PERES
JOÃO TEIXEIRA
VALDENOR GUEDES
ERALDO TRINDADE
HEITOR FRANCO
JOÃO FAGUNDES
ÉZIO FERREIRA
DERVAL DE PAIVA
NEY LOPES
FERNANDO FREIRE
ROBERTO MAGALHÃES
JOSÉ MARANHÃO
ANTÔNIO DOS SANTOS
FÁBIO MEIRELLES
JOSÉ DIOGO
GILSON MACHADO
ORLANDO BEZERRA
CARLOS KAYATH
JOSÉ LOURENÇO
RICARDO FIÚZA
FELIPE MENDES
HUMBERTO SOUTO
MANOEL MOREIRA

por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2, I;

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES"

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990

Nos termos do art. 202, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 26/11/91, por dez sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas à proposição.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.

José Maria Aguiar de Castro
Secretário

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES"

I) RELATÓRIO

Chega a esta casa do Congresso, para o exercício da função revisora, a proposta de emenda constitucional em epígrafe, de autoria do Senado Federal, tendo como primeiro subscritor o nobre Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e Vereadores.

À propositura foram apensadas as PECs nºs. 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, em trâmite nesta Casa.

A Preocupação basilar de todas as propostas apresentadas atem-se à moralidade e transparência dos estipêndios recebidos pelos titulares de mandato eletivo.

De tal sorte, a proposta principal estabelece um percentual de 75% da remuneração dos Deputados Federais para Deputados Estaduais, e 75% destes para os Vereadores.

A PEC nº 26/89 determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo dos terços da percebida pelos Deputados Federais. No mesmo sentido coloca-se a PEC nº 31/89, diferindo apenas quanto ao percentual, aqui, de 80%. A PEC nº 25/91 prevê a remuneração escalonada para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Por fim, a PEC nº 32/91, além de estabelecer como parâmetro os subsídios dos Deputados Federais, refere-se a todas as parcelas diferidas concedidas aos Deputados Estaduais e Vereadores.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo IV DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição visa adaptar o texto constitucional vigente às regras comuns no âmbito municipal brasileiro, qual seja, de definir a fixação, pela Câmara Municipal, do subsídio e da verba de representação, ambos participantes do conceito global do termo remuneração.

Na obra do Professor Hely Lopes Meirelles, **Direito Municipal Brasileiro**, este discorre sobre o assunto conceituando o termo remuneração, empregado na Constituição, como o "subsídio e a verba de representação", definindo, posteriormente, cada qual da seguinte maneira: "o subsídio corresponde ao vencimento do cargo, e o principal da retribuição pecuniária do Prefeito", enquanto que a "verba de representação é a retribuição pecuniária que se atribui ao Prefeito em razão do desempenho da Chefia do Executivo, que naturalmente acarreta despesas extraordinárias para o seu titular", e "tal verba tem natureza compensatória dos gastos pessoais de representação do Município e, por isso, independe de comprovação de sua aplicação, pois a despesa está presumida nos encargos sociais de seu beneficiário." Está claro, portanto, que ambos conceitos, apesar de participarem do conceito global de remuneração, representam características e objetivos essencialmente distintos.

Desta maneira, vale observar o entendimento do Professor José Afonso da Silva, em **O Município na Constituição de 1988**, onde afirma que "a palavra remuneração é empregada em sentido genérico para abranger todo tipo de retribuição do servidor público...". Ora, remuneração é um termo utilizado para abarcar uma série de outros conceitos, o que vale dizer que, quando o Constituinte de 1988 determinou que a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores seria fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, limitou o poder de fixar diferentemente o subsídio e a verba de representação.

Para melhor argumentar, podemos verificar as disposições constantes na Lei Complementar nº. 1, de 5 de julho de 1971, que dispunha sobre a organização dos Municípios e, em seu TÍTULO III - DO EXECUTIVO, CAPÍTULO I - DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO, Seção IV - Do Subsídio e da Verba de Representação, art. 38 e parágrafo 1º., determinava:

"Art. 38. O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago a funcionário do Município no momento da fixação será estabelecido pela Câmara na última sessão legislativa da Legislatura, antes das eleições, para vigorar na seguinte, podendo o decreto legislativo fixar quantias progressivas para cada ano de mandato.

§ 1º. A verba de representação do Prefeito será fixada anualmente pela Câmara e não poderá exceder de dois terços do valor do subsídio.

Possível notar, ainda, que diversas Leis Orgânicas possuem dispositivos semelhantes ao que acabamos de citar, en-

tendendo que o subsídio deveria ser fixado de uma legislatura para a subsequente, enquanto que a verba de representação deveria ser fixada anualmente.

Dai, decorre que a interpretação dos Tribunais tem sido pela inconstitucionalidade dessas Leis Orgânicas - verdadeiras Constituições Municipais -, defrontando-se com o entendimento e a prática dos Prefeitos e Vereadores que sobremaneira conhecem o Município e sua realidade.

Da maneira que propomos a presente emenda, a Carta Magna manterá o subsídio sendo fixado de uma legislatura para a outra e tornará dispositivo constitucional a fixação da verba de representação anualmente, restando superadas quaisquer dificuldades de interpretação da matéria em epígrafe e ajustando o texto da Constituição à realidade dos municípios brasileiros.

Por isso, esperamos dos ilustres Deputados e Senadores a aprovação da presente emenda ao texto constitucional.

Sala das Sessões, em 11 de 11 de 1991.

Deputado MARCELINO ROMANO MACHADO

EDEVALDO ALVES DA SILVA
ALBERTO GOLDMAN
JERÔNIMO REIS
ARIOSTO HOLANDA
LEOMAR QUINTANILHA
ELIO DALLA-VECCHIA
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
PEDRO PAVÃO
FREIRE JÚNIOR
GETÚLIO NEIVA
LAIRE ROSADO
SAULO COELHO
ADÃO PRETTO
FRANCISCO RODRIGUES
TONY GEL
JOÃO MAIA
ANTÔNIO DE JESUS
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME
OSVALDO MELO
MARIA VALADÃO
EDUARDO MOREIRA
AÉCIO DE BORBA
ARMANDO COSTA
IVANDRO CUNHA LIMA
MARINO CLINGER
JOÃO HENRIQUE
MURILO REZENDE
CIRO NOGUEIRA
ORLANDO PACHECO
JOÃO DE DEUS ANTUNES
JOSÉ MOURA
MURILO PINHEIRO
NEIF JABUR
AROLD GÓES
PEDRO TASSIS
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
GENÉSIO BERNARDINO
MÁRIO DE OLIVEIRA

ULDURICO PINTO
BENEDITO DOMINGOS
FETTER JÚNIOR
AUGUSTO CARVALHO
PAULO DUARTE
EVERALDO DE OLIVEIRA
JOÃO FAUSTINO
IBERÊ FERREIRA
FRANCISCO EVANGELISTA
TELMO KIRST
VICTOR FACCONI
JOÃO RODOLFO
RUBEM BENTO
EDMAR MOREIRA
WILSON CUNHA
RONIVON SANTIAGO
ISRAEL PINHEIRO
FÉLIX MENDONÇA
PEDRO VALADARES
JOSÉ TELES
AUGUSTO FARIAS
ZAIRE REZENDE
LUIZ TADEU LEITE
CÉLIA MENDES
DJENAL GONÇALVES
OSVALDO REIS
COSTA FERREIRA
IRANI BARBOSA
EDÉSIO PASSOS
AGAHUS ARAÚJO
HAROLDO LIMA
EURIDES BRITO
LUIZ GIRÃO
OLAVO CAPELHEIROS
LUIZ DANTAS
JONAS PINHEIRO
RONALDO PERIM
ROBERTO VALADÃO

As propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Redação quando da apreciação de sua admissibilidade constitucional.

E o Relatório.

II) VOTO DO RELATOR

Cumpra-se examinar o mérito das proposições e aquilatar o seu cabimento e oportunidade, tendo em vista a diversidade econômica dos Estados e Municípios brasileiros.

Inconteste o escopo moralizador das proposições. Louvável a preocupação de imprimir maior transparência na percepção dos subsídios parlamentares.

Neste quadrante, salvo melhor juízo, reputamos a proposta oriunda do Senado Federal a mais oportuna. Contudo, acreditamos que relativamente a remuneração dos vereadores, necessário se torna a fixação, através de lei complementar estadual, de critérios de proporcionalidade entre os subsídios e o número de eleitores do município, instituindo-se constitucionalmente um teto de setenta e cinco por cento da remuneração dos Deputados Estaduais.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, nos termos da Emenda em anexo, e pela prejudicialidade das PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em

Deputado CÉSAR BANDEIRA

Relator

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990 a seguinte redação:

*Art. 2º

VI - A remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, a setenta e cinco por cento do que percebem, em espécie, os Deputados Estaduais, respeitada a proporcionalidade ao número de eleitores do município, cujos critérios serão estabelecidos em lei complementar estadual, observado o que dispõem os arts. 37. XI, 150, II, 153, III e 153, §2º, I;

VII -

PARECER REFORMULADO

I) RELATÓRIO

Chega a esta casa do Congresso, para o exercício da função revisora, a proposta de emenda constitucional em epígrafe, de autoria do Senado Federal, tendo como primeiro subscritor o nobre Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e Vereadores.

A propositura foram pensadas as PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, em trâmite nesta Casa.

A preocupação basilar de todas as propostas apresenta das atem-se à moralidade e transparência dos estipêndios recebidos pelos titulares de mandato eletivo.

De tal sorte, a proposta principal estabelece um percentual de 75% da remuneração dos Deputados Federais para Deputados Estaduais, e 75% destes para os Vereadores.

A PEC nº 26/89 determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo de dois terços da percebida pelos Deputados Federais. No mesmo sentido coloca-se a PEC nº 31/89, diferindo apenas quanto ao percentual, aqui, de 80%. A PEC nº 25/91 prevê a remuneração escalonada para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Por fim, a PEC nº 32/91, além de estabelecer como parâmetro os subsídios dos Deputados Federais, refere-se a todas as parcelas diferidas concedidas aos Deputados Estaduais e Vereadores.

As propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Redação quando da apreciação de sua admissibilidade constitucional.

E o Relatório.

II) VOTO DO RELATOR

Cumpra-se examinar o mérito das proposições e aquilatar o seu cabimento e oportunidade, tendo em vista a diversidade econômica dos Estados e Municípios brasileiros.

Inconteste o escopo moralizador das proposições. Louvável a preocupação de imprimir maior transparência na percepção dos subsídios parlamentares.

Neste quadrante, salvo melhor juízo, reputamos a proposta oriunda do Senado Federal a mais oportuna.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, e pela prejudicialidade das PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.

Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, em reunião realizada hoje, opinou favoravelmente ao parecer reformulado do Deputado César Bandeira, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Votaram favoravelmente os Senhores Deputados: Miro Teixeira, Hugo Biehl, João Rodolfo, Liberato Caboclo, Wellington Fagundes, Solon Borges dos Reis, Pedro Novais, Nelson Jobim, Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, César Bandeira e Antônio Britto; contra o voto do Senhor Deputado Gonzaga Motta.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.

Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente

Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

RUA 100, Nº 37 - CX. POSTAL, 22 - TELEFONE: (0473) 66-0259

Ofício Nº 1.291/91.

Balneário Camboriú, 03 de dezembro de 1991.

EXMO. SR.
PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL
PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA - DF.

CÓPIA

SENHOR PRESIDENTE

Atendendo os termos da MOÇÃO Nº. 113/91, de autoria do senhor Vereador JORGE LUIZ DOS SANTOS, e subscrita pelo Vereador José Lourenço de Oliveira, ambos da Bancada do P.R.N., devidamente aprovada por esta Casa Legislativa na Reunião do dia 02/12/91, por este meio, manifesto à V. Exª., nosso PROTESTO e contrariedade à aprovação do Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, que fixa percentagens para os salários dos Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, no seguinte índice:

- Deputados Estaduais: 70% da remuneração do Deputado Federal;
- Vereadores: 70% da remuneração do Deputado Estadual.

Nosso protesto é alicerçado na difícil situação em que se encontra nosso País atualmente, necessitando a população, de escolas, hospitais e de mais obras de alcance social.

Com a aprovação deste Projeto, principalmente com relação aos vencimentos dos Vereadores, muitas Prefeituras não irão dispor dos recursos necessários para o pagamento, culminando com a utilização do dinheiro público em programas não sociais.

Sendo para o momento, aproveito esta oportunidade, para transmitir à V. Exª., meus protestos de estima e consideração.

CÂMARA MUNICIPAL DE
BALNEÁRIO CAMBORIÚ - SC
CONFERE COM O ORIGINAL

Ruy Tortato de Oliveira Jr.
DIRETOR DE SECRETARIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

Vereador: JORGE LUIZ DOS SANTOS
P.R.N.



Câmara Municipal de Cariacica
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Cariacica-ES, 28 de novembro de 1991

Exmo. Sr.

Deputado Federal IBSEN PINHEIRO
BRASÍLIA-DF

De ordem,

do Senhor Secretário-Geral da Mesa.

*Anexo-se ao processo referente ao
Projeto de Lei n. PEC 61, 90.*

Em. 09 / 12 /

*Assessor do Secretário-Geral da Mesa
Câmara do Espírito Santo*

Ilustre e digno Deputado.

Com a salutar intenção de, possivelmente, estar a contribuir para com o aprimoramento do **Projeto de EMENDA CONSTITUCIONAL** que trata da colocação de balizas na remuneração, abrangente, dos **VEREADORES**, cuja matéria, segundo a mídia impressa, tramita, agora, nessa Egrégia Câmara Federal, sobretudo por entender que a presente manifestação se reveste de civismo, venho, respeitosamente, e data venia, alertar V.Exa. para **um dado subsidiário que reputo da maior relevância**, posto que não alcançado por essa proposição iniciada no Senado.

Que os "critérios" (as aspas têm o seu devido valor) alusivos à **remuneração dos Vereadores** têm importado grave sangria em face do Erário Municipal, praticamente em todo o Brasil, isto é público e notório - só compatível mesmo com as defecções e mazelas de uma nação terciomundista.

Mas, a **sangria** reinante não estará de todo estancada só com o teor, a meu ver, superficial, da sobredita, oportuna e "emendável" (?) proposta de **EMENDA** à Constituição, na forma como a concebeu o Senador Carneiro, segundo se deduzirá desta narrativa.

Comente-se, de passagem, que, por volta de 1960, antes de o Rio de Janeiro perder sua qualidade de Capital do País, esse fenômeno do "marajaísmo" corria solto na Câmara Municipal carioca, a ponto de a opinião pública, não só a nível do ex-Estado da Guanabara, haver-lhe conferido o epíteto de "**GAIOLA DE OURO**": Vereadores do Rio ganhavam, disparadamente, mais que os Deputados Estaduais e Federais.

Hoje, a coisa engrossou ! O "filme" era apenas da cota-

W. L.



Câmara Municipal de Cariacica
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 2 -

ção preto-e-branco e só exibido na Cidade Maravilhosa.

Do alto dos meus 18 anos de assessoramento a Câmaras Municipais, não consigo me adaptar ao reinante clima de inconsciência cívica cifrado na prática do **profissionalismo político** afinado, por irmandade siamesa, com o **alheamento ao primado da representação popular**, haja vista o comportamento que, nesse diapasão, tem sido próprio de uma gama imensa de vorazes legisladores brasileiros no nível municipal.

As Prefeituras, a despeito, às vezes, da prática, **a latere**, do empreguismo desenfreado e impatriótico, posto que muitas se comprazem por via do clientelismo em dividir a miséria, não podem investir em educação, saúde, obras públicas etc., porque as Câmaras têm-se constituído num sorvedouro brutal e inconseqüente dos recursos orçamentários, na casa dos 10, 12, 15 e até 20% da arrecadação!

Daí que me sinto a cavaleiro para proclamar que **a origem ou a sede ou o foro do DESCRÉDITO DOS ELEITORES PARA COM A CLASSE POLÍTICA está nos Municípios!**

Trabalhando, como nas ocasiões próprias tenho trabalhado, nas Juntas Apuradoras, função das cíclicas eleições, tenho juízo meridiano claro do que origina o avassalador desperdício de votos - ora in albis, ora nulos pela eiva de mensagens mordazes, ásperas, duras e desmoralizantes - evidentemente atribuível ao desencanto dos eleitores que, em índices abrangentemente alarmantes, costumam ^{ainda} revelar sua frustração para com os políticos deixando de comparecer às urnas - caso do absenteísmo.

Ilustre e digno Deputado: A limitação da remuneração, no caso dos Vereadores, em princípio uma real necessidade, **não será suficiente** para moralizar os saques voluptuosos aos cofres das Prefeituras. Significará, sim, **solução parcial**. Tenha V.Exa. certeza disso.

Assim afianço porque, a teor - por exemplo - dos arts. 51, inc. IV e 52, inc. XIII da Constituição Federal, as Câmaras Municipais



Câmara Municipal de Cariacica

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 3 -

país brasileiras, com raras exceções, não têm sabido usar com o devido equilíbrio, parcimônia e responsabilidade, a LIBERDADE e AUTONOMIA de admitir pessoal para seus serviços administrativos, posto que, através de mera RESOLUÇÃO, se permitem entupir a Casa com servidores via de regra supérfluos (cabos eleitorais) e estrategicamente parentes do Vereador (pai, mãe, irmão, cunhado, sogro, tio, esposa, etc.) segundo a prática do NEPOTISMO que, a meu modesto ver, não conta com cerceio algum, à vista do art. 37, inc. II (liberdade de nomeação e exoneração para cargo em comissão) combinado com o art. 5º, da Constituição Federal (todos são iguais perante a lei).

Daí que tenho mesmo pregado, sem medo de errar, que, a pre valecer o status quo dominante, por volta da entrada no terceiro milênio - no Ano 2.000, tão próximo - a Câmara do menor Município deste País estará, fantasmagoricamente, abrigando em sua folha de pagamento um número de servidores igual ou próximo ao quadro de pessoal do Executivo!

E a volúpia de admissões atinge bienalmente o clímax à época das renovações das Mesas Diretoras, pois, vence a chapa que oferecer maior quantidade de cargos em comissão, função dos chamados Assessores de Gabinete - mesmo que a Casa não disponha, física e estruturalmente, de GABINETE para os Vereadores - e Assessores de Bancada, a despeito de, por exemplo, uma lotação de 21 Vereadores "criteriosamente" acomodados em 21 Partidos (após eleitos fazem esse ajustamento) não configurar, tecnicamente ou vernacularmente, a existência de BANCADA. Não há freios...

Deduz-se, portanto, que a limitação objeto da EMENDA poderá, na prática e em termos de eficácia, ser driblada em razão do es tratagema, já praticado, de se aumentar a remuneração do agente político através dos ganhos indiretos com as prefaladas nomeações de Assessores. É uma verdadeira epidemia...

EM SUMA: Não basta limitar a remuneração do Vereador, des de que uma segunda e alternativa hemorragia tenderá a ampliar-se ao sabor do "empreguismo" fácil, aqui denunciado.



Câmara Municipal de Cariacica

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 4 -

No passado, quando o Estado federado ditava as "regras do jogo" para os Municípios, no caso capixaba, (Lei Orgânica dos Municípios) andou funcionando um dispositivo de que "o quadro de servidores da Câmara Municipal não poderá ultrapassar o triplo do número de Vereadores, exceto nas Capitais, onde esse teto se estenderá ao quádruplo". Mais ou menos isso.

Não será em nome da AUTONOMIA MUNICIPAL que se cultivarão os exageros e o impatriotismo. Inegavelmente, o tema tem que ser encarado como causa das desigualdades sociais e também como fator influente no processo inflacionário que tanto amesquinha e avilta a sociedade brasileira.

Segunda sugestão seria estabelecer-se uma limitação inteira, de sorte a graduar, percentualmente, o "duodécimo" destinado às despesas globais da Câmara, nesse caso, a orientar as propostas orçamentárias anuais.

O festejado constitucionalista JOSÉ AFONSO DA SILVA, in "O MUNICÍPIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988", já vergastava o fenômeno, ora lembrado ao nobre Deputado segundo a presente exposição, ou seja, citou o Mestre que os agentes políticos municipais não se continham, como não se contêm, às liberdades e autonomia que a Magna Carta recém-promulgada lhes conferia, como confere, desde que, mercê do que ele chama de INCONSCIÊNCIA CÍVICA, tais agentes vêm "cometendo abusos, graves abusos" na colheita da valorização que o constituente lhes devotou !

Nem as Câmaras procuram se adequar ao preceito do art. 29, inc. IV da CF, dado que o Vereador receia reduzir o número de vagas em função de uma próxima legislatura por desconfiar que estaria suprimindo a sua própria vaga, pela pretensão de reeleger-se.

E o povo é capaz de reelegê-lo, sim. O povo elege até um Jabes Rabelo, em face de desconhecer o que se passa na cabeça e na vida de muitos "cristãos novos" na política, em procura de satisfação dos interesses próprios!

ml



Câmara Municipal de Cariacica
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- 5 -

Aos arrivistas interessa, sim, a **prorrogação de mandatos**.

Para tanto, milhares de "interessados" acorreram a Foz do Iguaçu, a Guarujá (Santos-SP), a Brasília, a Salvador, a Recife, em CONGRESSOS DE PREFEITOS E VEREADORES, cujo acesso foi patrocinado pelo povo insciente e marginalizado, dado que as despesas com traslados aéreos, hotéis de primeira qualidade, e que tais, sistematicamente e inescrupulosamente são suportadas pelo Erário.

Logo, a EMENDA do ilustre, histórico e venerável Senador NELSON CARNEIRO, contém apenas uns 60% de solução para o caso.

A nacionalidade espera - tenho certeza - que os legisladores federais, detentores exclusivos do poder de emendar a Constituição, venham resgatar a MORALIDADE que, inserta como princípio no art. 37 da CF, infelizmente dormita no leito alienado da consciência pétrea de uma grande massa de políticos.

Perdão, pelo DEPOIMENTO acre, posto que o declino em face de ainda acreditar no Brasil, num Brasil onde meus netos possam respirar saúde, saúde; saúde, inclusive nas instituições dirigentes.

Cordial e Respeitosamente,

MOACYR ROSADO.

Assessor Jurídico

CPF 049529107-25

Residência:

Rua João da Cruz, nº 500 - Aptº 701 (tel. (027) 2259458, 2268255.
29055 - Praia do canto - Vitória-ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, DE 1990

(DO SENADO FEDERAL)

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade desta e das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas; e, da Comissão Especial, pela aprovação desta e prejudicialidade das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/9, apensadas.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, A QUE SE REFEREM OS PARECERES, TENDO APENSADAS AS DE Nºs 26/89, 31/89, 25/91, 32/91 e 76/91).

23812 S DFCD
21196 X RJCK
04/1742
FNO00259 0412 1647
CAMPOSDOSGOITACAZES/RJ

URGENTE
EX. SR. DEPUTADO IBSEN PINHEIRO
CAMARA DOS DEPUTADOS
BRASILIA/DF(70160)

AS VERBAS DE GABINETES DE PREFEITOS E GOVERNADORES SAO ASSOMBROSOS
PT PORQUE NAO LIMITAR TAMBEM OS GANHOS DESSES GOVERNANTES? PORQUE
A DISCRIMINACAO DE LIMITAR SALARIO DE VEREADORES E DEPUTADO?
FISIOLOGISMO? CORDIAIS SAUDACOES

DR. REINALDO TAVARES DANTAS (VEREADOR PSDB) CAMARA MUNICIPAL
DE CAMPOS DOS GOITACAZES/RJ

REMETENTE
REINALDO TAVARES DANTAS
RUA HELION POVOA 44
CAMPOSDOSGOITACAZES/RJ(28013)

21196 X RJCK
23812 S DFCD

De ordem,

Do Senhor Secretário-Geral da Mesa.

Anexo-se ao processo referente ao
Projeto de Lei n. DEC 61/90.

Em, 10 / 12 / 91

Abeguar Oluchado Mattoso
Chefe do Gabinete

CAMARA DOS DEPUTADOS

5 DEZ 91

GABINETE DO PRESIDENTE

SECRETARIA - GERAL DA MESA - CD

Recebido

Código

n.º 0305/91

Data: 11/12

Hora: 14:15

Ass.: Flávia

Ponto: 3.926

1129.1717

*

612082cdepf br

343488UBER BR

EXMO SR

DR IBSEN PINHEIRO

DD PRESIDENTE DA CAMARA FEDERAL

BRASILIA/DF

TELEX 340/91 URA 29.11.91

SOLICITAMOS VOSSA EXCELENCIA ULTIMAR PAUTA VOTAÇÃO PROJETO EM
TRAMITAÇÃO NESSA EGREGIA CAMARA REGULAMENTANDO NORMAS FIXAÇÃO
VENCIMENTOS VEREADORES COM PERCENTUAIS EM CORRESPONDENCIA COM
VENCIMENTOS DEPUTADOS FEDERAIS. HAH NECESSIDADE URGENCIA APROVA-
ÇÃO DA MATERIA A FIM ESTABELECEER PADRAO SALARIOS VEREADORES.
SDS..

JOSE OSORIO GUIMARAES/PFL
VEREADOR C.M. UBERABA

De ordem,

Ao Senhor Secretário-Geral da Mesa.

Anexo-se ao processo referente

PEC 61/90

Em 02/12/91

Assinado
Chefe do Gabinete

Caixa: 8

Lote: 12
PEC Nº 61/1990

41

- 2 DEZ 91

GABINETE DO PRESIDENTE

SECRETARIA GERAL DA MESA

Recebido

Órgão

Pendências nº 0068/91

Data:

03/12/91

Hora:

15:00h

Ass:

Flauz

Ponto:

3.926



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, DE 1990

(Do Senado Federal)

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - PECs apensadas:
 - PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
 - parecer do Relator
 - parecer da Comissão
- IV - Na Comissão Especial:
 - termo de recebimento de emendas
 - parecer do Relator
 - parecer Reformulado
 - parecer da Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS

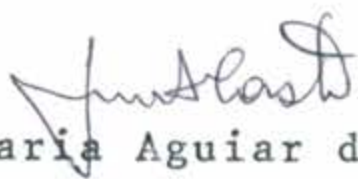
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES"

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº

Nos termos do art. 202, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 26/11/91, por dez sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas à proposição.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.


José Maria Aguiar de Castro
Secretário



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, de 1990.

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

AUTOR: Senado Federal

RELATOR: Deputado CÉSAR BANDEIRA

I) RELATÓRIO

Chega a esta casa do Congresso, para o exercício da função revisora, a proposta de emenda constitucional em epígrafe, de autoria do Senado Federal, tendo como primeiro subscritor o nobre Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e Vereadores.

A propositura foram apensadas as PECs nºs. 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, em trâmite nesta Casa.

A Preocupação basilar de todas as propostas apresentadas atem-se à moralidade e transparência dos estipêndios recebidos pelos titulares de mandato eletivo.

De tal sorte, a proposta principal estabelece um percentual de 75% da remuneração dos Deputados Federais para Deputados Estaduais, e 75% destes para os Vereadores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



A PEC nº 26/89 determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo dos terços da percebida pelos Deputados Federais. No mesmo sentido coloca-se a PEC. nº 31/89, diferindo apenas quanto ao percentual, aqui, de 80%. A PEC nº 25/91 prevê a remuneração escalonada para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Por fim, a PEC nº 32/91, além de estabelecer como parâmetro os subsídios dos Deputados Federais, refere-se a todas as parcelas diferidas concedidas aos Deputados Estaduais e Vereadores.

As propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Redação quando da apreciação de sua admissibilidade constitucional.

É o Relatório.

II) VOTO DO RELATOR

Cumpre-nos examinar o mérito das proposições e aquilatar o seu cabimento e oportunidade, tendo em vista a diversidade econômica dos Estados e Municípios brasileiros.

Inconteste o escopo moralizador das proposituras. Louvável a preocupação de imprimir maior transparência na percepção dos subsídios parlamentares.

Neste quadrante, salvo melhor juízo, reputamos a proposta oriunda do Senado Federal a mais oportuna. Contudo, acreditamos que relativamente a remuneração dos vereadores, necessário se torna a fixação, através de lei complementar estadual, de critérios de proporcionalidade entre os subsídios e o número de eleitores do município, instituindo-se constitucionalmente um teto de setenta e cinco por cento da remuneração dos Deputados Estaduais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, nos termos da Emenda em anexo, e pela prejudicialidade das PECs nºs.26/89 , 31/89, 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em


Deputado CÉSAR BANDEIRA

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990 a seguinte redação:

"Art. 2º

VI - A remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, a setenta e cinco por cento do que percebem, em espécie, os Deputados Estaduais, respeitada a proporcionalidade ao número de eleitores do município, cujos critérios serão estabelecidos em lei complementar estadual, observado o que dispõem os arts. 37. XI, 150, II, 153, III e 153, §2º, I;

VII -"



CÂMARA DOS DEPUTADOS



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990.

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

AUTOR: Senado Federal

RELATOR: Deputado CÉSAR BANDEIRA

PARECER REFORMULADO

I) RELATÓRIO

Chega a esta casa do Congresso, para o exercício da função revisora, a proposta de emenda constitucional em epígrafe, de autoria do Senado Federal, tendo como primeiro subscritor o nobre Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e Vereadores.

À propositura foram apensadas as PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, em trâmite nesta Casa.

A Preocupação basilar de todas as propostas apresenta-se à moralidade e transparência dos estipêndios recebidos pelos titulares de mandato eletivo.

De tal sorte, a proposta principal estabelece um percentual de 75% da remuneração dos Deputados Federais para Deputados Estaduais, e 75% destes para os Vereadores.

A PEC nº 26/89 determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo de dois terços da percebida pelos Deputados Federais. No mesmo sentido coloca-se a PEC nº 31/89, diferindo apenas quanto ao percentual, aqui, de 80%. A PEC nº 25/91 prevê a remuneração escalonada para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.



Por fim, a PEC nº 32/91, além de estabelecer como parâmetro os subsídios dos Deputados Federais, refere-se a todas as parcelas diferidas concedidas aos Deputados Estaduais e Vereadores.

As propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação quando da apreciação de sua admissibilidade constitucional.

É o Relatório.

II) VOTO DO RELATOR


Cumpre-nos examinar o mérito das proposições e aquilatar o seu cabimento e oportunidade, tendo em vista a diversidade econômica dos Estados e Municípios brasileiros.

Inconteste o escopo moralizador das proposituras. Louvável a preocupação de imprimir maior transparência na percepção dos subsídios parlamentares.

Neste quadrante, salvo melhor juízo, reputamos a proposta oriunda do Senado Federal a mais oportuna.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, e pela prejudicialidade das PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.


Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE
EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A RE
MUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".



PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Pro-
posta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, em reunião rea-
lizada hoje, opinou favoravelmente ao parecer reformulado do
Deputado César Bandeira, pela aprovação da Proposta de Emenda
à Constituição nº 61, de 1990, e pela prejudicialidade das
Propostas de Emenda à Constituição nºs 26/89, 31/89, 25/91 e
32/91.

Votaram favoravelmente os Senhores Deputados: Miro Tei-
xeira, Hugo Biehl, João Rodolfo, Liberato Caboclo, Wellington
Fagundes, Solon Borges dos Reis, Pedro Novais, Nelson Jobim,
Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, César Bandeira e Antônio
Britto; contra o voto do Senhor Deputado Gonzaga Motta.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.

Deputado MIRO TEIXEIRA

Presidente

Deputado CÉSAR BANDEIRA

Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-A, DE 1990

(DO SENADO FEDERAL)

PEC Nº 5/89

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores; tendo parecer: da Comissão de constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade desta e das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, TENDO APENSADAS AS DE NºS 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, A QUE SE REFERE O PARECER)



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 61/90 e das de nºs 26 e 31, de 1989, e 25 e 32, de 1991, apensadas, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Natal - Presidente, Roberto Magalhães, Jurandyr Paixão e Edevaldo Alves da Silva - Vice-Presidentes, Antônio dos Santos, Átila Lins, Benedito de Figueiredo, Ciro Nogueira, Cleonânicio Fonseca, José Burnett, Messias Góis, Nelson Morro, Paes Landim, Paulo Marinho, Pedro Valadares, Raul Belém, Toni Gel, Vitório Malta, José Dutra, José Luiz Clerot, José Thomaz Nonô, Luiz Soyer, Mauri Sérgio, Nilson Gibson, Renato Vianna, Éden Pedroso, Francisco Evangelista, Vital do Rêgo, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Sigmaringa Seixas, Nelson Trad, Gastone Righi, Rodrigues Palma, Edésio Passos, Hélio Biculo, José Dirceu, Luiz Gushiken, Eduardo Braga, José Maria Eymael, João Mellão Neto, Luiz Piauhyllino, Benedito Domingos, Antônio de Jesus, Ary Kara José, Carlos Benevides, Felipe Neri, Ivo Mainardi, Delfim Netto, Magalhães Teixeira, Moroni Torgan, Édison Fidelis e Maurício Campos.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 1991


Deputado JOÃO NATAL
Presidente

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

07/01/91

Secretaria-Geral da Mesa

fl. 1

PROPOSICAO : PEC 0061 / 90 DATA APRES.: 17/12/90
AUTOR : SENADO FEDERAL Nr.Origem: PEC 0005/89

Dispoe sobre a remuneracao dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

AUTOR NA ORIGEM : NELSON CARNEIRO - PMDB /RJ

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao (ADM)
Apense-se a este os PECs 26/89 e 31/89.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 061, DE 1991

"Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores."

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado JOSE THOMÁZ NONÔ

Apensos: PEC s Nºs 026/89; 31/89 ;
25/91; 32/91;

I - RELATÓRIO

PEC nº 061/91

Através da proposta de emenda constitucional em exame, propõe-se que a remuneração dos Deputados Estaduais, fixada em cada legislatura para a subsequente pela Assembléias Legislativas dos Estados, tenha seu montante limitado, no máximo, a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.



Propõe-se, também, que a remuneração dos Vereadores seja limitada, de igual modo, a setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o disposto no art. 37, XI, da Constituição. Dispõe ainda a proposta que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

2) PEC nº 026/89

A proposição em apreço determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo dois terços do que percebem, em espécie, os Deputados Federais, sendo vedada, além desse limite, a percepção de pagamento ou auxílios a qualquer título.

Na justificativa, atenta-se para a necessidade de se procurar evitar que o "efeito cascata", proveniente das isonômias e vinculações salariais consagradas na Constituição, venham a se constituir em ônus insuportável para as economias dos Estados.

Atenta-se, ainda, para a necessidade de se recompor a imagem do Legislativo, desmoralizada por aumentos indiscriminados e descabidos, principalmente em alguns Estados, onde os salários dos Deputados Estaduais muitas vezes ultrapassam os dos Federais.

3) PEC nº 031/89

Através desta proposta, pretende-se, como nas anteriores, limitar o valor da remuneração dos Deputados Estaduais, estabelecendo-se como teto máximo oitenta por cento da remuneração dos Deputados Federais.

4) PEC nº 25/91



A proposta em exame, como as demais, intenta fixar o limite máximo de remuneração dos Deputados Estaduais e também dos Prefeitos e Vereadores.

De acordo com o art. 19, a remuneração dos Deputados Estaduais não poderá ultrapassar o montante de noventa por cento da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores.

Dispõe o art. 29 que a remuneração dos Prefeitos corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data de sua eleição, devendo obedecer aos percentuais que especifica, podendo ir de 100%, no caso de Municípios com mais de um milhão de eleitores, até 20%, nos Municípios com até nove mil novecentos e noventa e nove eleitores.

No art. 39, determina-se que os estipêndios dos Vice-Prefeitos corresponderão a vinte por cento do valor da remuneração dos respectivos titulares, e que a remuneração dos Vereadores deverá corresponder aos percentuais que especifica, tendo como referência a remuneração dos Deputados Federais e dos Senadores, mas devendo ser proporcional ao número de eleitores do Município.

Ainda no art. 39, determina-se que a despesa total com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar a cinco por cento da receita do Município.

O art. 49 propõe que os valores da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, serão reajustados uniformemente por ato das respectivas Mesas, na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União.



Através da proposição em exame, pretende-se fixar como teto para a remuneração dos Deputados Estaduais o valor equivalente a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

Pretende-se, ainda, determinar que as despesas com pessoal destinado à assessoria de gabinete, cuja contratação se dê através de indicação de Deputados Estaduais, não excedam a 75% das despesas despendidas com o Secretariado Parlamentar, ou equivalente, dos Deputados Federais.

Dispõe também a proposta que as parcelas recebidas em espécie pelos Vereadores, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete, não poderão exceder a setenta e cinco por cento do valor estabelecido, em espécie, para a remuneração dos Deputados Estaduais, ressalvado o disposto no art. 37, XI, da Constituição.

Veda-se aos Vereadores o recebimento de qualquer outra vantagem, em espécie, necessária ao exercício parlamentar.

Finalmente, determina-se que o total das despesas com a remuneração de Vereadores não ultrapassará o montante de dois por cento da receita do Município.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão compete, de acordo com o art. 202, caput, do Regimento Interno, pronunciar-se preliminarmente quanto à admissibilidade das proposições apresentadas.

Examinando-as, verifico que estão obebecidas as normas constantes do art. 60 da Constituição Federal, não havendo tendência, em qualquer das propostas, de abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

A



Tendo sido todas apresentadas com o quorum mínimo exigido constitucionalmente, nosso voto é pela admissibilidade das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 061/91; 026/89; 31/89; 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 1991


Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Relator.

91091uaj.009



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SENADO FEDERAL)
PEC 005/89

ASSUNTO:

REDAÇÃO PARA 2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMEN
DA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, de 1990, que "dispõe sobre a remuneração dos
Deputados Estaduais e dos Vereadores".

DESPACHO: APROVADA A PROPOSTA. A MATÉRIA VAI À COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAR A REDAÇÃO
A SER SUBMETIDA AO SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. EM 11.03.92.

À COMISSÃO ESPECIAL em 12 de MARÇO de 19 92

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado César Bandeira, em 17/3 19 92
O Presidente da Comissão de Administração
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

Aprovada a proposta. A matéria vai à Comissão Especial, para elaborar a redação a ser submetida ao segundo turno de discussão e votação. Em 11.03.93.

a) Dep. Viana de Lima
Sec. - Geral da Mesa



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61-B, DE 1990

(Do Senado Federal)

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores; tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade desta e das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas; e, da Comissão Especial, pela aprovação desta e prejudicialidade das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas.

(PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, A QUE SE REFEREM OS PARECERES, TENDO APENSADAS AS DE Nºs 26/89, 31/89, 25/91, 32/91 e 76/91).

S U M Á R I O

- I - Projeto inicial
- II - PECs apensadas:
 - PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91, 32/91 e 76/91.
- III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação
 - parecer do Relator
 - parecer da Comissão
- IV - Na Comissão Especial:
 - termo de recebimento de emendas



- parecer do Relator
- parecer Reformulado
- parecer da Comissão

Art. 1º O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados federais.”

Art. 2º São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais:

“VI - remuneração dos vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.”

Senado Federal, em 17 de dezembro de 1990 -
Senador Nelson Carneiro, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

* Republica-se por incorreções no anterior

TÍTULO III Da Organização do Estado

CAPÍTULO III Dos Estados Federados

Art. 27. O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os deputados federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela assembleia legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da câmara municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

II - eleição do prefeito e do vice-prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;

III - posse do prefeito e do vice-prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de vereadores proporcional à população do município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

V - remuneração do prefeito, do vice-prefeito e dos vereadores fixada pela câmara municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI - inviolabilidade dos vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do município;

VII - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo estado, para os membros da assembleia legislativa;

VIII - julgamento do Prefeito perante o Tri-
bunal de Justiça;

IX - organização das funções legislativas e fiscalizadoras de câmara municipal;

X - cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XII - perda do mandato do prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único

CAPÍTULO VII Da Administração Pública

SEÇÃO I Disposições Gerais

Art. 37. A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também, ao seguinte:

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos estados, no Distrito Federal e nos territórios, e, nos municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo prefeito;

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO II

Das Limitações do Poder de Tributar

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado a União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

SEÇÃO III Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre

§ 2º O imposto previsto no inciso III:

I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

SINOPSE

PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 1989

Dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores.

Apresentado pelo Senador Nelson Carneiro e outros Senhores Senadores

Lido no expediente da Sessão de 15-12-89 e publicado no DCN (Seção II) de 16-12-89. À SSCLS

Em 13-3-90, é designada comissão mista para emitir parecer sobre a APEC nº 5/89, composta por PMDB Senadores Cid Sabóia de Carvalho, Mauro Benevides, João Calmon, Márcio Lacerda, Aureo Mello, Luiz Viana e Nabor Júnior; PFL João Menezes, Divaldo Suruagy e Jorge Bornhausen; PSDB Chagas Rodrigues e Jutahy Magalhães; PTB Carlos De'Carli; PDC Carlos Patrocínio; PDS Jarbas Passarinho e PSB Jamil Haddad

Em 2-5-90, incluído em ordem do dia, para deliberação sobre o prosseguimento da tramitação.

Em 2-5-90, aprovado o prosseguimento de sua tramitação. À SSCLS, para inclusão da matéria em ordem do dia.

Em 14-5-90, anunciada a matéria, é lida a Emenda nº 1-PLEN, subscrita pelo Senador Nelson Carneiro, e outros. Discussão encerrada, sem debates, voltando à comissão especial para exame da emenda. À SSCOM.

Em 3-12-90, incluído em ordem do dia, votação em primeiro turno

Em 4-12-90, aprovada, em primeiro turno, a proposta por 47 votos SIM; 2 NÃO, e a emenda a ela apresentada por 47 votos SIM; 4 NÃO, após usarem da palavra no encaminhamento da votação os Senadores Fernando Henrique Cardoso, Mauro Benevides, Pompeu de Sousa, Marco Maciel, Meira Filho e Maurício Corrêa. À SSCLS.

Em 11-12-90, incluído em ordem do dia, discussão em segundo turno.

Em 12-12-90, discussão encerrada, nos termos do Requerimento nº 496, do Senador Ronan Tito e outros Líderes, lido e aprovado nesta oportunidade. Aprovada a proposta, em segundo turno, por 46 votos SIM; 2 NÃO. À Comissão Diretora para a redação final. Leitura do Parecer nº 459-CDIR, relatado pelo Senador Pompeu de Sousa, oferecendo a redação final da matéria Aprovada.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM/Nº 596, de 17-12-90

SM/Nº 596 Em 17 de dezembro de 1990

A Sua excelência o Senhor
Deputado Luiz Henrique
DD, Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetida à revisão da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1989, constante dos autógrafos juntos, que "dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração. Senador Pompeu de Sousa, Primeiro Secretário, em exercício.

PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 1989

(DO SR. ZIZA VALADARES)

APENSADA A DE Nº 61/90

Dispõe sobre a remuneração dos deputados estaduais.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO)



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60, § 3º, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27 passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais fica fixada, no máximo, em dois terços do que percebem, em espécie, os Deputados Federais, vedada, além desse limite a percepção de pagamentos ou auxílios, a qualquer título."

Art. 2º Esta emenda entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A nova Constituição assegurou uma série de isonomias e vinculações salariais, abrangendo cargos e carreiras dos três Poderes, conforme se pode depreender das previsões consubstanciadas em seus arts. 39 § 1º; 27 § 2º; 93; 153, V; 241; e 53, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A presente Emenda Constitucional objetiva dar nova redação ao § 2º do art. 27, que trata da remuneração dos deputados estaduais, buscando evitar que o "efeito cascata", das isonomias e vinculações venha a se constituir em ônus inusportável para as já combalidas economias dos Estados. A outra preocupação, eminentemente moralista, é evitar desgastes à imagem do Legislativo, pelos aspectos desmoralizantes proporcionados por aumentos indiscriminados e descabidos, como podemos observar na tabela anexa divulgada pelo Jornal da Tarde em 30 de maio de 1989, na qual podemos constatar valores absurdos em determinados Estados, onde os salários dos deputados estaduais superam sobremaneira os dos deputados federais.

Com a alteração vislumbrada, vincula-se a remuneração do deputado estadual e, conseqüentemente, em alguns Estados, a dos prefeitos e vereadores à percebida pelo deputado federal, numa proporção máxima de dois terços, considerando-se a remuneração federal como parâmetro.

Resalte-se que o art. 27, em seu caput, já estabelece uma vinculação numérica: "O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados...", e que o § 2º trará precipuamente das remunerações dos parlamentares estaduais.

Brasília, 8 de junho de 1989. — Deputados Ziza Valadares — Miro Teixeira — Álvaro Antônio — Rose de Freitas — Maria de Lourdes Abadia — José Ulisses de Oliveira — Juarez Marques Batista — Sérgio Werneck — Koyu Iha — Rodrigues Palma — Cristina Tavares — Octávio Ellisio — Paulo Roberto — Domingos Juvenil — Paulo Ramos — José da Conceição — José Carlos Grecco — Sandra Cavalcanti — Márcio Braga — Oscar Corrêa — Francisco Benjamin — Roberto Brant — Manoel Moreira — Matheus Iensen — Amaury Müller — Vladimir Palmeira — Illegível — Leopoldo Bessone — Hermes Zaneti — Borges da Silveira — Expedito Machado Basílio Villani — Dasso Coimbra — Waldyr Pugliesi — Alarico Abib — Darcy Dellos — Jorge Uequed — Adroaldo Streck — Célio de Castro — Hélio Du-

que Joaci Goes _ Artur da Távola _ Euclides Scalco _
Egídio Ferreira Lima _ Dirce Tutu Quadros _ Mendes Bo-
telho _ Carlos Mosconi _ Vilson Sousa _ Vicente Bogo _
Robson Marinho _ José Guedes _ Francisco Küster _ Ra-
quel Capiberibe _ Beth Azize _ Nelson Aguiar _ Raul
Belém _ Melo Freire _ José Carlos Sabóia _ Uldurico
Pinto _ Eduardo Bonfim _ Lídice da Mata _ Nelton Frie-
drich _ Sigmaringa Seixas _ Abigail Feitosa _ Antonio-
carlos Mendes Thame _ Carlos Cotta _ Edmundo Galdino _
Simão Sessim _ Ernani Boldrim _ Messias Soares _ Mau-
rício Campos _ Victor Faccioni _ Elias Murad _ Nyder
Barbosa _ Alécio Dias _ Alysson Paulinelli _ Silvío
Abreu _ Lúcio Alcântara _ Mauro Campos _ Moema São
Thiago _ Rita Camata _ Pedro Canedo _ José Costa _
Luiz Leal _ Milton Lima _ Sérgio Naya _ Hélio Costa _
Maurício Pádua _ Milton Reis _ Ronaldo Carvalho _ Aéc-
cio Neves _ João Paulo _ Paulo Paim _ Irma Passoni _
Florestan Fernandes _ Carlos Alberto Caó _ César Maia
_ Tadeu França _ Vivaldo Barbosa _ Chagas Neto _ José
Viana _ Nilson Gibson _ Ubiratan Aguiar _ Ernesto Gra-
della _ Manuel Domingos _ Plínio Arruda Sampaio _ Be-
nedita da Silva _ Israel Pinheiro _ Aloísio Vasconce-
los _ Maguito Vilela _ Paulo Mincarone _ Marcelo Cor-
deiro _ Luiz Alberto Rodrigues _ Carlos Benevides _
Luiz Marques _ Valmir Campelo _ Renato Bernardi _ José
Luiz de Sá _ Marcos Formiga _ Luiz Soyer _ Manoel Mota
_ Alziro Gomes _ Dionísio Dal Prá _ Jacy Scanagatta _
Tidei de Lima _ José Queiroz _ Djenal Gonçalves _ Lau-
ro Maia _ Vinícius Cansação _ José Camargo _ José Ti-
noco _ Horácio Ferraz _ Milton Barbosa _ Christóvam
Chiaradia _ Ronaro Corrêa _ Ibrahim Abi-Ackel _ Saulo
Coelho _ Nosser Almeida _ Antônio Gaspar _ José Tei-
xeira _ Alcides Lima _ Annibal Barcellos _ José Dutra
_ Leur Lomanto _ Sérgio Brito _ Asdrúbal Bentes _ José
Maurício _ Francisco Rolim _ Jorge Medauar _ Lael Va-
rella _ Genésio Bernardino _ Rosa Prata _ Manoel Cas-
tro _ Lysânias Maciel _ Cid Carvalho _ Jofran Frejat _
José Elias _ Eduardo Moreira _ Neuto de Conto _ Valdir
Colatto _ João Carlos Bacelar _ Nestor Duarte _ Luiz
Salomão _ Inocêncio Oliveira _ Geraldo Campos _ Max
Rosenmann _ José Carlos Martínez _ Fernando Bezerra
Coelho _ Lézio Sathler _ Osvado Macedo _ Roberto
Vital.

LIGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO III

Da Organização do Estado

CAPÍTULO III

Dos Estados Federados

Art. 27. O número de Deputados à Assembléia Legisla-
tiva corresponderá ao triplo da representação do Esta-
do na Câmara dos Deputados e, atingido o número de



Caixa: 8

Lote: 12

PEC Nº 61/1990

62

trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

CAPÍTULO VII

Da Administração Pública

SEÇÃO II

Dos Servidores Públicos Cíveis

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

TÍTULO IV

Do Organização dos Poderes

CAPÍTULO III

Do Poder Judiciário

SEÇÃO I

Disposições Gerais

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, através de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antigüidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:



a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância ou, onde houver, no Tribunal de Alçada, quando se tratar de promoção para o Tribunal de Justiça, de acordo com o inciso II e a classe de origem;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

V - os vencimentos dos magistrados serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das categorias da carreira, não podendo, a título nenhum, exceder os dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

VI - a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura;

VII - O juiz titular residirá na respectiva comarca;

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal, assegurada ampla defesa;

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei, de interesse público o exigir, limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes;

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores poderá ser constituído órgão especial, como o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno.

.....



TÍTULO VI

Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I

Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO III

Dos Impostos da União

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

V _ operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários;

TÍTULO IX

Das Disposições Constitucionais Gerais

Art. 241. Aos delegados de polícia de carreira aplica-se o princípio do art. 39, § 1º, correspondente às carreiras disciplinadas no art. 135 desta Constituição.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 53. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, serão assegurados os seguintes direitos:

I _ aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso, com estabilidade;

II _ pensão especial correspondente à deixada por segundo-tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos, exceto os benefícios previdenciários, ressalvado o direito de opção;

III _ em caso de morte, pensão à viúva ou companheira ou dependente, de forma proporcional, de valor igual a do inciso anterior;

IV _ assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes;

V _ aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico;



VI - prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuem ou para suas viúvas ou companheiras.

Parágrafo único. A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente.

.....
.....

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 1989

(DO SR. ANTONIO SALIM CURIATI)

APENSADA A DE Nº 61/90

Introduz alteração no parágrafo 2º do artigo 27 da Constituição Federal, fixando teto para a remuneração dos Deputados Estaduais.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 1989)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. O § 2º do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27.
§ 2º. A remuneração dos Deputados Estaduais, que não poderá exceder a 80% da percebida pelos Deputados Federais, será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e § 2º, I.

JUSTIFICAÇÃO

O ideal da plena autonomia dos Estados frente ao Poder Central infelizmente ainda não pode ser lograda, como desenável e à



feição do sistema Federativo, face a distorções de comportamento como a que se infere da proposta de modificação constitucional que ora estamos submetendo à consideração de nossos demais Pares.

Foi verdadeiramente estarrecidos que nos defrontamos com a notícia veiculada pelo jornal "Correio Braziliense de 5 de julho último, de que os Senhores Deputados Estaduais da Paraíba fixaram em dezesete mil cruzados novos seus subsídios diretos, indo os gastos do Estado, com a remuneração de seus parlamentares, a vinte e quatro mil cruzados novos com a soma, à parte recebida em espécie, de vantagens de variada natureza.

Quando, consoante referida notícia, uma professora da aquele Estado ganha por volta de cem cruzados novos mensais, a fixação, pelos Deputados Estaduais da Paraíba, de seus subsídios, no montante noticiado, constitui, mais do que um acinte face às agruras de um povo que mal ganha para comer, como é o caso da maioria dos brasileiros, um verdadeiro escárnio, a abalar o conceito, já fragilizado por outras mazelas de tantos homens públicos, da classe política deste País.

Ao que se comenta, o caso do Estado da Paraíba não é isolado, havendo exemplos, em outros Estados, de atitudes a essa iguais e que se podem qualificar - repisando - de quase insanidade, face ao quadro de aflição do povo brasileiro, em sua maioria mal ganhando para comer.

Há, assim, que opor obstáculo a atitudes como a que ora apontamos, e entendemos que a única maneira de evitar a continuidade ou imitação de comportamento tão reprochável o será através da ~~fixação~~ de um teto máximo de remuneração pelo exercício do mandato legislativo estadual, tendo como parâmetro, como o estamos propondo, os subsídios percebidos pelos parlamentares federais.

A presente iniciativa, de outra parte, deve constituir um alerta para nós outros, a fim de que, ao fixarmos os nossos subsídios, ajamos com ponderação, critério e espírito público.

Com as precedentes considerações submetemos aos nossos demais Pares a presente proposta de modificação constitucional, espe

rando que ela mereça o apoio de todos, eis que se nos afigura medida adequada a por cobro a comportamento tão censurável como esse de que nos deu notícia o jornal Correio Braziliense, consoante já mencionado.

Sala das Sessões, em de agosto de 1989.



Deputado ANTONIO SALIM CURIATI

AFRÍSIO VIEIRA LIMA	SALATIEL CARVALHO	VICTOR FACCIONI
RENATO BERNARDI	MOISÉS AVELINO	TADEU FRANÇA
IVO MAINARDI	ELIAS MURAD	MAURO FECURY
CARLOS MOSCONI	PLÍNIO MARTINS	MAURÍCIO FRUET
PAULO RAMOS	FERNANDO SANTANA	FELIPE MENDES
PAULO PAIM	ERNESTO GRADELLA	NÉLSON AGUIAR
ANNIBAL BARCELLOS	NOSSER ALMEIDA	RICARDO IZAR
WALDYR PUGLIESI	ROSA PRATA	RONARO CORFÊA
GONZAGA PATRIOTA	MÁRIO MARTINS	EDMUNDO GALDINO
ARISTIDES CUNHA	FERNANDO VELASCO	ANTÔNIO DE JESUS
JOÃO DE DEUS ANTUNES	ADHEMAR DE BARROS FILHO	ALZIRO GOMES
RITA CAMATA	GIDEL DANTAS	FLÁVIO ROCHA
PAULO SIDNEI	JOSÉ LINS	MÁRIO LIMA
JOÃO PAULO	JOSÉ CARLOS VASCONCELOS	UBIRATAN SPINELLI
LAURO MAIA	OSMUNDO REBOUÇAS	DENISAR ARNEIRO
GUSTAVO DE FARIA	JOSÉ LUIZ MAIA	ANTÔNIO UENO
RAUL BELÉM	HAROLDO SANFORD	JOÃO AGRIPINO
SAMIR ACHÔA	HAROLDO LIMA	ORLANDO BEZERRA
NÉLSON SEIXAS	PAULO ZARZUR	MELLO REIS
CUNHA BUENO	DARCY POZZA	JONAS PINHEIRO
SIGMARINGA SEIXAS	GENÉSIO DE BARROS	EURICO RIBEIRO
ILEGÍVEL	AMAURY MÜLLER	JONES SANTOS NEVES
JOÃO MAIA	DASO COIMBRA	JOSÉ MARIA EYMAEL
EDIVALDO HOLANDA	RUBEM BRANQUINHO	EDUARDO SIQUEIRACAMPOS
RAIMUNDO BEZERRA	ELIEL RODRIGUES	JORGE VIANNA



Lote: 12

Caixa: 8

PEC Nº 61/1990

65

TITO COSTA
SÍLVIO ABREU
MALULY NETO
EUNICE MICHILES
DEL BOSCO AMARAL
PAES LANDIM
HÉLIO COSTA
RODRIGUES PALMA

PAULO MARQUES
AIRTON SANDOVAL
NÉLSON SABRÁ
JÚLIO CAMPOS
AROLDE DE OLIVEIRA
LEVY DIAS
PAULO MINCARONE
MAGUITO VILELA
LUIZ SOYER
JOSÉ CARLOS COUTINHO

MILTON REIS
JOSÉ GUEDES
ROBSON MARINHO
PAULO ROBERTO
ADAUTO PEREIRA
OSVALDO SOBRINHO
OSWALDO ALMEIDA
LAEL VARELLA
VILSON SOUZA
ALÉRCIO DIAS
MANOEL MOREIRA
LEONEL JÚLIO
DARCY DEITOS
ERALDO TRINDADE

MANOEL MOTA
ROBERTO AUGUSTO
HÉLIO MANHÃES
ROBERTO JEFFERSON
JOSÉ MAURÍCIO
JOÃO DA MATA
PEDRO CANEDO
GERALDO ALCKMIN FILHO
RONALDO CARVALHO
LUIZ MARQUES
ABIGAIL FEITOSA
GERALDO CAMPOS
JOSÉ LUIZ DE SÁ
MANUEL DOMINGOS
EDUARDO MOREIRA
FIRMO DE CASTRO
NYDER BARBOSA
ASSIS CANUTO
HARLAN GADELHA
ANTÔNIO FERREIRA
ARTENIR WERNER
ALEXANDRE PUZYNA
FRANCISCO CARNEIRO
HÉLIO DUQUE
RAUL FERRAZ
ENOC VIEIRA
GUMERCINDO MILHOMEM
GÉRSO MARCONDES
JOSÉ CARLOS GRECCO
DORETO CAMPANARI
FRANCISCO SALES
MESSIAS SOARES

JOSÉ ULISSES DE OLIVEIRA
RENATO VIANA
ERNANI BOLDRIM
THEODORO MENDES
JOSÉ QUEIROZ
ALCIDES LIMA
GEOVANI BORGES
BEZERRA DE MELO
ELIÉZER MOREIRA
ILEGÍVEL
VICENTE BOGO
ROBERTO BALESTRA
JOSÉ CARLOS SABÓIA
CARLOS ALBERTO CAÓ
MICHEL TEMER
MAURO CAMPOS
JOSÉ EGREJA
FRANCISCO ROLIM
TELMO KIRST
ISRAEL PINHEIRO
FERNANDO BEZERRA COELHO
EDUARDO MOREIRA
IBERÊ FERREIRA
JOSÉ DA CONCEIÇÃO
SAULO COELHO
CHRISTÓVAM CHIARADIA
CLEONÂNCIO ~~FONSECA~~
ANTÔNIO CÂMARA
LURDINHA SAVIGNON
ARNOLD FIORAVANTE
LEOPOLDO BESSONE
CLÁUDIO ÁVILA
GABRIEL GUERREIRO



**LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES**

CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo III
DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I
DO PODER LEGISLATIVO

Subseção II
Da Emenda à Constituição

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25, DE 1991
(Do Sr. Magalhães Teixeira)

Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais, Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 2º A remuneração total dos Deputados Estaduais será de até noventa por cento do valor da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.”



Art. 2º O inciso V do art. 29 da Constituição passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - remuneração dos Prefeitos corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data da sua eleição, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, e obedecendo as seguintes percentuais:

- a) 100%, nos Municípios com mais de um milhão de eleitores;
- b) 90%, nos Municípios com quinhentos mil até novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- c) 80%, nos Municípios com duzentos e cinquenta mil até quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- d) 75%, nos Municípios com cem mil até duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- e) 65%, nos Municípios com cinquenta mil até noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- f) 55%, nos Municípios com quarenta mil até quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- g) 45%, nos Municípios com trinta mil até trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- h) 35%, nos Municípios com vinte mil até vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- i) 25%, nos Municípios com dez mil até dezenove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- j) 20%, nos Municípios com até nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores."

Art. 3º Acrescente-se ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos VI, VII e VIII, renunciando-se os demais:

"VI - os estipêndios dos Vice-Prefeitos corresponderão a vinte por cento do valor da remuneração dos respectivos titulares, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VII remuneração dos Vereadores corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data da sua eleição, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, e obedecendo as seguintes percentuais:

- a) até 80%, nos Municípios com mais de um milhão de eleitores;
- b) até 70%, nos Municípios de seicentos e cinquenta mil até novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- c) até 60%, nos Municípios de quinhentos mil até seicentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- d) até 50%, nos Municípios de quatrocentos mil até quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- e) até 40%, nos Municípios de trezentos mil até trezentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- f) até 30%, nos Municípios de duzentos mil até duzentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- g) até 20%, nos Municípios de cento e cinquenta mil até cento e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- h) até 10%, nos Municípios de cem mil até cento e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;
- i) até 9%, nos Municípios de oitenta mil até noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

j) até 8%, nos Municípios de sessenta mil até setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

k) até 7%, nos Municípios de quarenta mil até cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

l) até 6%, nos Municípios de vinte mil até trinta e nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

m) até 5%, nos Municípios de dez mil até dezenove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

n) até 4%, nos Municípios de cinco mil até nove mil, novecentos e noventa e nove eleitores;

o) até 3%, nos Municípios com até quatro mil, novecentos e noventa e nove eleitores.

VIII respeitados os percentuais supramencionados, o montante da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, a cinco por cento da receita do Município."

Art. 4º Acrescente-se o seguinte parágrafo único ao art. 49 da Constituição:

"Parágrafo único. Os valores da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, serão reajustados, uniformemente, por atos das respectivas Mesas, na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União."

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição, com evidente escopo moralizador, busca disciplinar a remuneração dos Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores.

O assunto é de especial interesse para todos os ocupantes de cargos eletivos e especialmente a população, ressentida com as informações veiculadas nos órgãos de imprensa acerca da desproporção entre os vencimentos dos Deputados Estaduais e dos Prefeitos e Vereadores, que abala e desacredita o Poder Legislativo como um todo.

Urge o disciplinamento da matéria, através da fixação de parâmetros para tais estipêndios, respeitando, contudo, os diferentes graus de desenvolvimento e por conseguinte de distribuição de riquezas de cada região. Não se justifica a disparidade atualmente existente, em que municipalidades, cuja maioria da população é considerada de baixa renda, suportam o ônus de altos vencimentos a seus representantes, chegando a equipará-los aos concedidos a representantes de grandes cidades, onde a renda per capita é bem mais significativa.

A proposta visa a uniformização de vencimentos, no mesmo quadrante em que o Constituinte de 88 correlacionou o número de vereadores com o de habitantes. Para tanto, estabelece a proporcionalidade entre os vencimentos e o número de eleitores do Município, considerando-se que este número seja o mais próximo da faixa populacional economicamente ativa. Tal critério reveste-se, ainda, da vantagem de fácil aferição do corpo eleitoral, feita pela Justiça Eleitoral no período que precede cada eleição.

Esperamos, assim, com a propositura, contribuir para o resgate da credibilidade da classe política e o fortalecimento das instituições de representação popular.

Sala das Sessões, em 23 de *Julho* de 1991.

Deputado *MAURILANES TEIXEIRA*



PAULO PAIM
EDESIO FRIAS
GERALDO ALCKMIN FILHO
LAIRE ROSADO
JOSE GENOINO
MAURO SAMPAIO
DJENAL GONÇALVES
EDSON SILVA
LAPROVITA VIEIRA
JOSE ULISSES DE OLIVEIRA
JOSE MOURA
NILSON GIBSON
CELIO DE CASTRO
MANOEL MOREIRA
SERGIO AROUCA
RAQUEL CANDIDO
FABIO FELDMANN
LUIZ TADEU LEITE
EDUARDO MASCARENHAS
LUIZ HENRIQUE
DIOGO MOMURA
MARCELINO ROMANO MACHADO
PEDRO TASSIS
ANDRE BENASSI
ANTONIO BRITTO
JORGE TADEU MUDALEN
LUIZ CARLOS SANTOS
REGINA GORDILHO
SANDRA STARLING
ROBERTO FREIRE
ANTONIO CARLOS MENDES THAME
PAULO HARTUNG
GASTONE RIGHI
JOSE LOURENÇO
JOAO RODOLFO
MACALHAES TEIXEIRA
DEJANDIR DALPASQUALE
JOAO PAULO
AUGUSTO CARVALHO
JURANDYR PAIXAO
CARDOSO ALVES
PEDRO NOVAIS
JERONIMO REIS
FABIO MEIRELLES
HUGO BIEHL
CUNHA BUENO
VITTORIO MEDIOLI
JOAO MELLAO NETO
ALUIZIO ALVES
ADROALDO STRECK
JACKSON PEREIRA
PINGA FOGO DE OLIVEIRA
WALTER MORY
WILSON MOREIRA
JAYME SANTANA
JOSE CARLOS SABOIA
GUSTAVO KRAUSE
RITA CAMATA
ANTONIO FALEIROS
AECIO NEVES
PAULO DELGADO
IRMA PASSONI
JABES RIBEIRO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
ARNO MAGARINOS
IVANI GUERRA
SANDRA CAVALCANTI
GEORGE TAKIMOTO

VALTER PEREIRA
CIRO NOGUEIRA
ROSE DE FREITAS
JOAO BAPTISTA MOTTA
EDUARDO MATIAS
IVAN BURITY
MAURILIO FERREIRA LIMA
CLOVIS ASSIS
ADAO PRETTO
LUIZ SOYER
TUGA ANGERAMI
JORIO DE BARROS
AECIO DE BORBA
BENEDITO DOMINGOS
ROBERTO MAGALHAES
NELSON MARQUEZELLI
FERNANDO FREIRE
VICTOR FACCIONI
RONALDO CAIADO
WILSON CUNHA
VASCO FURLAN
FRANCISCO DIOGENES
TADASHI KURIKI
LEOMAR QUINTANILHA
CIDINHA CAMPOS
SIMAO SESSIM
JOAO FAUSTINO
PINHEIRO LANDIM
JONI VARISCO
JOSE SANTA DE VASCONCELLOS
AVENIR ROSA
OSWALDO STECCA
GILVAM BORGES
ANTONIO BARBARA
RENATO VIANNA
JOSE LUIZ MAIA
SALATIEL CARVALHO
OSCAR TRAVASSOS
SIDNEY DE MIGUEL
JOSE LUIZ CLEROT
TILDEN SANTIAGO
MARCELO BARBIERI
CARLOS LUPI
JOSE FALCAO
CLEONANCIO FONSECA
RUBENS BUENO
DERVAL DE PAIVA
ZILA BEZERRA
JOSE LINHARES
VALDENOR GUEDES
EDUARDO MOREIRA
EDI SILIPRANDI
EDISON FIDELIS
ALBERTO GOLDMAN
TIDEI DE LIMA
MAURICIO CALIXTO
ELIAS MURAD
JONAS PINHEIRO
JOSE MUCIO MONTEIRO
AUGUSTO FARIAS
JAIR AZI
VADAO GOMES
OSMANIO PEREIRA
MARINO CLINGER
NEITOR FRANCO
BENEDITO DE FIGUEIREDO
NEY LOPES
JOAO TEIXEIRA

PEDRO VALADARES
ROBERTO ROLLEMBERG
CALDAS RODRIGUES
PAULO TITAN
CELSO BERNARDI
GERSON PERES
VICENTE FIALHO
PAULO NESLANDER
WILSON CAMPOS
EDUARDO JORGE
VALDOMIRO LIMA
MIRO TEIXEIRA
JAIR BOLSONARO
SAID FERREIRA
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS
LOURIVAL FREITAS
JOSE DIRCEU
AGOSTINHO VALENTE
KOYU IHA
JOSE SERRA
PAULO SILVA
EDMUNDO GALDINO
FLAVIO ARNS
MUNHOZ DA ROCHA
PAULO BERNARDO
SERGIO MACHADO
JOSE FORTUNATI
ARIOSTO HOLANDA
JUTAHY JUNIOR
IVO MAINARDI
PAES LANDIM
PEDRO PAVAO
VALDEMAR COSTA
AVELINO COSTA
FLAVIO ROCHA
ROBERTO TORRES
FRANCISCO EVANGELISTA
SIGMARINGA SEIXAS
JOSE REINALDO
BETO MANSUR
LUCIANO PIZZATTO
LIBERATO CABOCCO
PAULO DUARTE

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo III DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dore



§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

Capítulo IV DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VI — inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa.

VIII — julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.

Título IV

DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I DO PODER LEGISLATIVO

Seção II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;

III — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;

IV — aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;

V — sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

VI — mudar temporariamente sua sede;

VII — fixar idêntica remuneração para os Deputados Federais e os Senadores, em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

VIII — fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.

IX — julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

X — fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI — zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;

XII — apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

XIII — escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;

XIV — aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;

XV — autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI — autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

XVII — aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 1991

(Do Sr. Lourival Freitas)

Dispõe sobre a remuneração de Deputados Estaduais e Vereadores.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Dê-se ao § 2º do art. 27 da Constituição Federal, a seguinte redação:

“§ 2º A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, não podendo as parcelas por eles percebidas, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete ou para o exercício do mandato parlamentar, ultrapassarem o valor equivalente a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.”

Art. 2º São acrescentados ao art. 27 da Constituição Federal, os seguintes parágrafos que serão os §§ 3º e 4º, respectivamente, renumerando-se os demais:

“§ 3º As despesas com pessoal destinadas à assessoria de gabinete, cuja contratação se faça através de indicação dos Deputados Estaduais, não poderá exceder a 75% das despesas despendidas com o Secretariado Parlamentar, ou equivalente, dos Deputados Federais.”

“§ 4º É vedado aos Deputados Estaduais o recebimento, em espécie, de qualquer outra vantagem necessária ao exercício parlamentar.”

Art. 3º São acrescentados ao art. 29 da Constituição os seguintes incisos, VI, VII e VIII, renumerando-se os demais:

VI — as parcelas percebidas em espécie pelos Vereadores, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete, não excederão a setenta e cinco por cento do valor estabelecido, em espécie, para a remuneração dos Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII — é vedado aos Vereadores o recebimento, em espécie, de qualquer outra vantagem necessária ao exercício parlamentar;

VIII — o total das despesas a que se refere o inciso VI não poderá ultrapassar o montante de 2 (dois) por cento da receita do município, com impostos e transferências constitucionais.

JUSTIFICAÇÃO

A sociedade brasileira tem repetidamente cobrado da classe política uma postura de seriedade no que se refere a exigências que infelizmente têm sido cometidos por alguns legisladores locais no que tange à remuneração de seus membros.

São frequentes as denúncias de que Câmaras de Municípios desprovidas de recursos obrigam verdadeiros "marajás", numa grave afronta à população geralmente carente.

Além de substancial remuneração direta, alguns legisladores ainda conferem vantagens pecuniárias indiretas, na forma de compensações por despesas com pessoal, passagens, cotas de correio, telefone etc.

Acreditamos que é conveniente estabelecer um teto para todas as parcelas recebidas pelos Deputados Estaduais e Vereadores tendo como parâmetro a remuneração dos Deputados Federais.

Assim, nossa emenda visa, primordialmente, incluir na limitação as parcelas referentes a remuneração indireta que, via de regra, responde pela maior parte do que recebem Deputados Estaduais e Vereadores.

Sala das Sessões, em 21 de 06 de 1991.


Deputado Paulo SILVA FREITAS

ROMA PASSONI
VIVALDO BARBOSA
MAGALHÃES TEIXEIRA
FLORESTAN FERNANDES
MARIA LAURA
RICARDO MORAES
CHICO VIGILANTE
SANDRA STARLING
ERNESTO GRADELLA
LUCI CHOINACKI
EDESIO PASSOS
ADÃO PRETTO
PAULO BERNARDO
HELIO BICUDO
JAQUES MAGNER
VALDIR GANZER
AGOSTINHO VALENTE
LUIZ GUSHIKEN
ALDO REBELO
BENEDITA DA SILVA
EDUARDO JORGE
RAUL PONT
ALCIDES MODESTO
WILMARIO MIRANDA
ARIOSTO HOLANDA
CARLOS SANTANA
ELIAS M'RAD
TILDEN SANTIAGO
PAULO ROCHA
AUGUSTO CARVALHO
JOSE DIRCEU
PEDRO TOMELLI
JOSE CICOTE
GONZAGA MOTA
MORONI TOROAN
PAULO DELGADO
NICIAS RIBEIRO
MAURI SERGIO
SILA BEZERRA

PAULO SILVA
VLADIMIR PALMEIRA
JOSE FORTUNATI
MARIA LUIZA FONTENELE
JABES RIBEIRO
TUGA ANGERAMI
JACKSON PEREIRA
HAROLDO LIMA
FATIMA PELAES
JOSE GENOINO
SOCORRO GOMES
RENILDO CALHEIROS
PAULO PAIM
JAIR BOLSONARO
KOYU INA
WILSON MOREIRA
ROBERTO FRANCA
JAMIL HADDAD
FLAVIO ARNS
MUNHOZ DA ROCHA
VITTORIO MEDIOLI
ANDRE BENASSI
JOSE LINHARES
EDMUNDO GALDINO
RUBENS BUENO
ANTONIO FALEIROS
DELICINO TAVARES
CARLOS SCARPELINI
JONI VARISCO
SAID FERREIRA
ROSE DE FREITAS
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
ODACIR KLEIN
FREIRE JUNIOR
RONALDO CAIADO
ROBSON TUNA
WALDIR GUERRA
AMAURY MÜLLER
CARLOS ALBERTO CAMPISTA

ADELAIDE NERI
JOÃO ROSA
PAULO RAMOS
ELJO DALLA-VECCHIA
GIOVANNI QUEIROZ
SILVAN BORGES
ALDISIO ALVES
GERMANO RISOTTO
RAQUEL CANDIDO
WILSON MÜLLER
CIDINEA CAMPOS
SIDNEY DE MIGUEL
JUNOT ABI-RAMIA
LAERTE BASTOS
REGINA SORDILLO
LUIS CARLOS HAULY
BETH ABISE
JANDIRA FEGHALI
NELSON MARQUESILLY
INOCENCIO OLIVEIRA
VILMA CAMATA
ELOISIO MERCADANTE
RENATO VIANNA
CARLOS LUPÍ
CESAR MAIA
GERSON PERES
MAURILIO FERREIRA LIMA
JOSE LUIS CLEROT
MESSIAS GÔES
VITAL DO REGO
MARINO CLINGER
EDSON SILVA
WILSON GIBSON
ELIEL RODRIGUES
ARNOLDO GÔES
JOÃO PAULO
WILTON BAIANO
FIDEL DE LIMA
RUBEN BERTO
JOÃO MENDES
PAES LANDIN
JERONIMO REIS
LUIS BOYER
LAIRE ROSADO
LUIS MOREIRA
TADASHI KURIKI
PEDRO VALADARES
JABES BARRELO
GERALDO ALCEMIN FILHO
ROBERTO FREIRE
FRANCISCO RODRIGUES
REDITADIO CASSOL
ROBERTO JEFFERSON
RUBEN MEDINA
PASCOAL ROVAIS
CARLOS CAMURÇA

RIBEIRO TAVARES
JOÃO CARLOS BACHION
ALOISIO VASCONCELOS
JOSE THOMAS BONO
EDUARDO NASCIMENTAS
FELIPE NERI
JOSE DELATO
PAULO MANDARINO
ADROALDO STRECH
ABICIO NEVES
CARRION JUNIOR
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
MARILU GUIMARAES
BENEDITO DOMINGOS
ANTONIO DOS SANTOS
ROSEANA SAMPEY
AMARAL NETTO
JOSE CARLOS SABOIA
ANTONIO BRITTO
LUIS ROBERTO PONTE
WALDIR PIRES
PEDRO TASSIS
ANTONIO DE JESUS
ARMANDO COSTA
JURANDYR PAIXÃO
LUIS YADEU LEITE
ALOISIO SANTOS
ROBERTO VALADÃO
CARDOZO ALVES
ERALDO TRINDADE
VALDENOR GUNDES
MAVIAEL CAVALCANTI
EDMAR MOREIRA
SERGIO GAUDENSI
HAN SOULA
JONAS PINHEIRO
OSVALDO BENDER
MURILO PINHEIRO
DANIEL SILVA
JOSE FALCÃO
JORGES KHOURY
MARCEL CASTRO
SAULO COELHO
NESTOR DUARTE
LAIANO BARBOSA
RONALDO PERIN
ANGELA AMIN
JARVIS GAIDINSKI
CUNHA BUENO
ELISIO CURVO
JOSE AUGUSTO CURVO
ENITOR FRANCO
DJERAL GONÇALVES
RODRIGUES PALMA
HERMÍNIO CALVINHO
OSVALDO MELO

LEGISLAÇÃO CITADA, APROVADA PELA COORDENAÇÃO
DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988



Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo III
DOS ESTADOS FEDERADOS

Art. 27. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

§ 1º. Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda

de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

§ 2º. A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I.

§ 3º. Compete às Assembleias Legislativas dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos.

§ 4º. A lei disporá sobre a iniciativa popular no processo legislativo estadual.

Capítulo IV
DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

VI — Inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município;

VII — proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e, na Constituição do respectivo Estado, para os membros da Assembleia Legislativa;

VIII — julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça;

PARECER DA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

I - RELATÓRIO

PEC nº 061/91

Através da proposta de emenda constitucional em exame, propõe-se que a remuneração dos Deputados Estaduais, fixada em cada legislatura para a subsequente pela Assembleias Legislativas dos Estados, tenha seu montante limitado, no máximo, a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

Propõe-se, também, que a remuneração dos Vereadores seja limitada, de igual modo, a setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o disposto no art. 37, XI, da Constituição. Dispõe ainda a proposta que o total da despesa com a remuneração dos Vereado-



res não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

2) PEC nº 026/89

A proposição em apreço determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo dois terços do que percebem, em espécie, os Deputados Federais, sendo vedada, além desse limite, a percepção de pagamento ou auxílios a qualquer título.

Na justificativa, atenta-se para a necessidade de se procurar evitar que o "efeito cascata", proveniente das isenções e vinculações salariais consagradas na Constituição, venham a se constituir em ônus insuportável para as economias dos Estados.

Atenta-se, ainda, para a necessidade de se recompor a imagem do Legislativo, desmoralizada por aumentos indiscriminados e descabidos, principalmente em alguns Estados, onde os salários dos Deputados Estaduais muitas vezes ultrapassam os dos Federais.

3) PEC nº 031/89

Através desta proposta, pretende-se, como nas anteriores, limitar o valor da remuneração dos Deputados Estaduais, estabelecendo-se como teto máximo oitenta por cento da remuneração dos Deputados Federais.

4) PEC nº 25/91

A proposta em exame, como as demais, intenta ~~financiar~~ o limite máximo de remuneração dos Deputados Estaduais e também dos Prefeitos e Vereadores.



De acordo com o art. 1º, a remuneração dos Deputados Estaduais não poderá ultrapassar o montante de noventa por cento da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores.

Dispõe o art. 2º que a remuneração dos Prefeitos corresponderá, proporcionalmente, à dos Deputados Federais e Senadores, de acordo com o número de eleitores alistados no Município até a data de sua eleição, devendo obedecer aos percentuais que especifica, podendo ir de 100%, no caso de Municípios com mais de um milhão de eleitores, até 20%, nos Municípios com até nove mil novecentos e noventa e nove eleitores.

No art. 3º, determina-se que os estipêndios dos Vice-Prefeitos corresponderão a vinte por cento do valor da remuneração dos respectivos titulares, e que a remuneração dos Vereadores deverá corresponder aos percentuais que especifica, tendo como referência a remuneração dos Deputados Federais e dos Senadores, mas devendo ser proporcional ao número de eleitores do Município.

Ainda no art. 3º, determina-se que a despesa total com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar a cinco por cento da receita do Município.

O art. 4º propõe que os valores da remuneração, em espécie, dos Deputados Federais e Senadores, serão reajustados uniformemente por ato das respectivas Mesas, na mesma data e no mesmo percentual fixado para os servidores da União.

5) PEC nº 32/91

Através da proposição em exame, pretende-se ~~fixar~~ como teto para a remuneração dos Deputados Estaduais o valor ~~equivalente a setenta e cinco por cento da remuneração estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.~~

Pretende-se, ainda, determinar que as despesas com pessoal destinado à assessoria de gabinete, cuja contratação se dê através de indicação de Deputados Estaduais, não excedam a 75% das despesas despendidas com o Secretariado Parlamentar, ou equivalente, dos Deputados Federais.

Dispõe também a proposta que as parcelas recebidas em espécie pelos Vereadores, a qualquer título, inclusive indenizações por despesas de gabinete, não poderão exceder a setenta e cinco por cento do valor estabelecido, em espécie, para a remuneração dos Deputados Estaduais, ressalvado o disposto no art. 37, XI, da Constituição.

Veda-se aos Vereadores o recebimento de qualquer outra vantagem, em espécie, necessária ao exercício parlamentar.

Finalmente, determina-se que o total das despesas com a remuneração de Vereadores não ultrapassará o montante de dois por cento da receita do município.

II - VOTO DO RELATOR

A esta Comissão compete, de acordo com o art. 202, caput, do Regimento Interno, pronunciar-se preliminarmente quanto à admissibilidade das proposições apresentadas.

Examinando-as, verifico que estão obebecidas as normas constantes do art. 60 da Constituição Federal, não havendo tendência, em qualquer das propostas, de abolição da forma federativa do Estado, do voto direto, secreto, universal e periódico, da separação dos Poderes ou dos direitos e garantias individuais.

Tendo sido todas apresentadas com o quorum mínimo exigido constitucionalmente, nosso voto é pela admissibilidade.



Das Propostas de Emenda à Constituição de nºs 061/91; 026/89; 31/89; 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em 14 de outubro de 1991

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Relator.

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela "admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 61/90 e das de nºs 26 e 31, de 1989, e 25 e 32, de 1991, apensadas, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

João Natal - Presidente, Roberto Magalhães, Jurandyr Paixão e Edevaldo Alves da Silva - Vice-Presidentes, Antônio dos Santos, Átila Lins, Benedito de Figueiredo, Ciro Nogueira, Cleonânio Fonseca, José Burnett, Messias Góis, Nelson Morro, Paes Landim, Paulo Marinho, Pedro Valadares, Raul Belém, Toni Gel, Vitorio Malta, José Dutra, José Luiz Clerot, José Thomaz Nonô, Luiz Soyer, Mauri Sérgio, Nilson Gibson, Renato Vianna, Éden Pedroso, Francisco Evangelista, Vital do Rêgo, Gerson Peres, Ibrahim Abi-Ackel, Osvaldo Melo, Prisco Viana, Sigmaringa Seixas, Nelson Trad, Gastone Righi, Rodrigues Palma, Edésio Passos, Hélio Biculo, José Dirceu, Luiz Gushiken, Eduardo Braga, José Maria Eymael, João Mellão Neto, Luiz Piauhyllino, Benedito Domingos, Antônio de Jesus, Ary Kara José, Carlos Benevides, Fe-

lipe Neri, Ivo Mainardi, Delfim Netto, Magalhães Teixeira,
Moroni Torgan, Édison Fidelis e Maurício Campos.

Sala da Comissão, 20 de novembro de 1991

Deputado JOÃO NATAL
Presidente

Deputado JOSÉ THOMAZ NONÔ
Relator

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, DE 1991
(DO SR. MARCELINO ROMANO MACHADO)

Dá nova redação ao inciso V do artigo 29 da Constituição Federal.

(APENSE-SE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990).

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo Único - O inciso V do artigo 29 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29.....

V - a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I, e o seguinte:

- a) subsídio do cargo fixado em cada legislatura, para a subsequente;
- b) verba de representação fixada anualmente."



Caixa: 8

Lote: 12
PEC Nº 61/1990
71

SÉRGIO CURY
RUBERVAL PILOTTO
JOSÉ LUIZ MAIA
MAURICI MARIANO
WAGNER DO NASCIMENTO
JOSÉ DIRCEU
OSVALDO BENDER
ALACIO NUNES
EUCLYDES DE MELLO
VALTER PEREIRA
NILTON BAIANO
LUIZ MOREIRA
RONALDO CAIADO
SAMIR TANNÚS
AVELINO COSTA
WILMAR PERES
JOSÉ ELIAS
ELÍSIO CURVO
WALDIR GUERRA
ÂNGELO MAGALHÃES
MARCELO BARBIERI
PAES LANDIM
DELFIN NETTO
CARLOS AZAMBUJA
FERNANDO CARRION
HUGO BIEHL
AMARAL NETTO
JAIR BOLSONARO
FRANCISCO SILVA
JORGE KHOURY
BENITO GAMA
JONIVAL LUCAS
MALULY NETTO
JAIR AZI
ODELMO LEÃO
ROMEL ANÍSIO
RAUL BELÉM
MATHEUS IENSEN
ROBERTO JEFFERSON
EDI SILIPRANDI
ÂNGELA AMIN
FAUSTO ROCHA
ALOIR CABRAL
TADASHI KURIKI
JOSÉ ELIAS MURAD
ARY KARA
LUIZ CARLOS SANTOS
BETO MANSUR
HÉLIO ROSAS
FLORESTAN FERNANDES
EDEN PEDROSO
RAUL PONT
NESTOR DUARTE

SÉRGIO GAUDENZI
JUTAHY JÚNIOR
ETEVALDO GRASSI DE MENEZES
MAURO BORGES
JORGE TADEU MUDALEN
ODACIR KLEIN
CÉLIO DE CASTRO
JAMIL HADDAD
VITTÓRIO MEDIOLI
PAULINO CÍCERO DE VASCONCELOS
OSMÂNIO PEREIRA
MAGALHÃES TEIXEIRA
KOYU IHA
JOSÉ GENOÍNO
NAN SOUZA
GERALDO ALCKMIN FILHO
ROSE DE FREITAS
VICENTE FIALHO
PAULO TITAN
HERMÍNIO CALVINHO
JARVIS GAIÓZINSKI
JOÃO MELLÃO NETO
LUÍS EDUARDO
JURANDYR PAIXÃO
ADROALDO STRECK
ARNALDO FARIA DE SÁ
PINHEIRO LANDIM
GASTONE RIGHI
PAULO MANDARINO
GERSON PERES
JOÃO TEIXEIRA
VALDENOR GUEDES
ERALDO TRINDADE
HEITOR FRANCO
JOÃO FAGUNDES
ÉZIO FERREIRA
DERVAL DE PAIVA
NEY LOPES
FERNANDO FREIRE
ROBERTO MAGALHÃES
JOSÉ MARANHÃO
ANTÔNIO DOS SANTOS
FÁBIO MEIRELLES
JOSÉ DIOGO
GILSON MACHADO
ORLANDO BEZERRA
CARLOS KAYATH
JOSÉ LOURENÇO
RICARDO FIÚZA
FELIPE MENDES
HUMBERTO SOUTO
MANOEL MOREIRA

por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

V — remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2, I;

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES"

TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990

Nos termos do art. 202, § 3º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a divulgação na Ordem do Dia das Comissões de prazo para apresentação de emendas, a partir de 26/11/91, por dez sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas à proposição.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.


José Maria Aguiar de Castro
Secretário

PARECER DA COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES"

I) RELATÓRIO

Chega a esta casa do Congresso, para o exercício da função revisora, a proposta de emenda constitucional em epígrafe, de autoria do Senado Federal, tendo como primeiro subscritor o nobre Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e Vereadores.

A proposição foram apensadas as PECs nºs. 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, em trâmite nesta Casa.

A Preocupação basilar de todas as propostas apresentadas atem-se à moralidade e transparência dos estipêndios recebidos pelos titulares de mandato eletivo.

De tal sorte, a proposta principal estabelece um percentual de 75% da remuneração dos Deputados Federais para Deputados Estaduais, e 75% destes para os Vereadores.

A PEC nº 26/89 determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo dos terços da percebida pelos Deputados Federais. No mesmo sentido coloca-se a PEC. nº 31/89, diferindo apenas quanto ao percentual, aqui, de 80%. A PEC nº 25/91 prevê a remuneração escalonada para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Por fim, a PEC nº 32/91, além de estabelecer como parâmetro os subsídios dos Deputados Federais, refere-se a todas as parcelas diferidas concedidas aos Deputados Estaduais e Vereadores.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



CONSTITUIÇÃO
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

Título III

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

Capítulo IV
DOS MUNICÍPIOS

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de emenda à Constituição visa adaptar o texto constitucional vigente às regras comuns no âmbito municipal brasileiro, qual seja, de definir a fixação, pela Câmara Municipal, do subsídio e da verba de representação, ambos participantes do conceito global do termo remuneração.

Na obra do Professor Hely Lopes Meirelles, **Direito Municipal Brasileiro**, este discorre sobre o assunto conceituando o termo remuneração, empregado na Constituição, como o "subsídio e a verba de representação", definindo, posteriormente, cada qual da seguinte maneira: "o subsídio corresponde ao vencimento do cargo, e o principal da retribuição pecuniária do Prefeito", enquanto que a "verba de representação é a retribuição pecuniária que se atribui ao Prefeito em razão do desempenho da Chefia do Executivo, que naturalmente acarreta despesas extraordinárias para o seu titular", e "tal verba tem natureza compensatória dos gastos pessoais de representação do Município e, por isso, independe de comprovação de sua aplicação, pois a despesa está presumida nos encargos sociais de seu beneficiário." Está claro, portanto, que ambos conceitos, apesar de participarem do conceito global de remuneração, representam características e objetivos essencialmente distintos.

Desta maneira, vale observar o entendimento do Professor José Afonso da Silva, em **O Município na Constituição de 1988**, onde afirma que "a palavra remuneração é empregada em sentido genérico para abranger todo tipo de retribuição do servidor público...". Ora, remuneração é um termo utilizado para abarcar uma série de outros conceitos, o que vale dizer que, quando o Constituinte de 1988 determinou que a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores seria fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, limitou o poder de fixar diferentemente o subsídio e a verba de representação.

Para melhor argumentar, podemos verificar as disposições constantes na Lei Complementar nº. 1, de 5 de julho de 1971, que dispunha sobre a organização dos Municípios e, em seu TÍTULO III - DO EXECUTIVO, CAPÍTULO I - DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO, Seção IV - Do Subsídio e da Verba de Representação, art. 38 e parágrafo 1º., determinava:

"Art. 38. O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago a funcionário do Município no momento da fixação será estabelecido pela Câmara na última sessão legislativa da Legislatura, antes das eleições, para vigorar na seguinte, podendo o decreto legislativo fixar quantias progressivas para cada ano de mandato.

§ 1º. A verba de representação do Prefeito será fixada anualmente pela Câmara e não poderá exceder de dois terços do valor do subsídio.

Possível notar, ainda, que diversas Leis Orgânicas possuem dispositivos semelhantes ao que acabamos de citar, en-

tendendo que o subsídio deveria ser fixado de uma legislatura para a subsequente, enquanto que a verba de representação deveria ser fixada anualmente.

Dai, decorre que a interpretação dos Tribunais tem sido pela inconstitucionalidade dessas Leis Orgânicas - verdadeiras Constituições Municipais -, defrontando-se com o entendimento e a prática dos Prefeitos e Vereadores que sobremaneira conhecem o Município e sua realidade.

Da maneira que propomos a presente emenda, a Carta Magna manterá o subsídio sendo fixado de uma legislatura para a outra e tornará dispositivo constitucional a fixação da verba de representação anualmente, restando superadas quaisquer dificuldades de interpretação da matéria em epígrafe e ajustando o texto da Constituição à realidade dos municípios brasileiros.

Por isso, esperamos dos ilustres Deputados e Senadores a aprovação da presente emenda ao texto constitucional.

Sala das Sessões, em 12 de 11 de 1991.

Deputado MARCELINO ROMANO MACHADO

EDEVALDO ALVES DA SILVA
ALBERTO GOLDMAN
JERÔNIMO REIS
ARIOSTO HOLANDA
LEOMAR QUINTANILHA
ELIO DALLA-VECCHIA
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
PEDRO PAVÃO
FREIRE JÚNIOR
GETÚLIO NEIVA
LAIRE ROSADO
SAULO COELHO
ADÃO PRETTO
FRANCISCO RODRIGUES
TONY GEL
JOÃO MAIA
ANTÔNIO DE JESUS
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME
OSVALDO MELO
MARIA VALADÃO
EDUARDO MOREIRA
AÉCIO DE BORBA
ARMANDO COSTA
IVANDRO CUNHA LIMA
MARINO CLINGER
JOÃO HENRIQUE
MURILO REZENDE
CIRO NOGUEIRA
ORLANDO PACHECO
JOÃO DE DEUS ANTUNES
JOSÉ MOURA
MURILO PINHEIRO
NEIF JABUR
AROLD GÓES
PEDRO TASSIS
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
GENÉSIO BERNARDINO
MÁRIO DE OLIVEIRA

ULDURICO PINTO
BENEDITO DOMINGOS
FETTER JÚNIOR
AUGUSTO CARVALHO
PAULO DUARTE
EVERALDO DE OLIVEIRA
JOÃO FAUSTINO
IBERÊ FERREIRA
FRANCISCO EVANGELISTA
TELMO KIRST
VICTOR FACCIONI
JOÃO RODOLFO
RUBEM BENTO
EDMAR MOREIRA
WILSON CUNHA
RONIVON SANTIAGO
ISRAEL PINHEIRO
FÉLIX MENDONÇA
PEDRO VALADARES
JOSÉ TELES
AUGUSTO FARIAS
ZAIRE REZENDE
LUIZ TADEU LEITE
CÉLIA MENDES
DJENAL GONÇALVES
OSVALDO REIS
COSTA FERREIRA
IRANI BARBOSA
EDÉSIO PASSOS
AGAHÚS ARAÚJO
HAROLDO LIMA
EURIDES BRITO
LUIZ GIRÃO
OLAVO CAMPEIROS
LUIZ DANTAS
JONAS PINHEIRO
RONALDO PERIM
ROBERTO VALADÃO



As propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Redação quando da apreciação de sua admissibilidade de constitucional.

É o Relatório.

II) VOTO DO RELATOR

Cumpra-se examinar o mérito das proposições e aquilatar o seu cabimento e oportunidade, tendo em vista a diversidade econômica dos Estados e Municípios brasileiros.

Inconteste o escopo moralizador das proposições. Louvável a preocupação de imprimir maior transparência na percepção dos subsídios parlamentares.

Neste quadrante, salvo melhor juízo, reputamos a proposta oriunda do Senado Federal a mais oportuna. Contudo, acreditamos que relativamente a remuneração dos vereadores, necessário se torna a fixação, através de lei complementar estadual, de critérios de proporcionalidade entre os subsídios e o número de eleitores do município, instituindo-se constitucionalmente um teto de setenta e cinco por cento da remuneração dos Deputados Estaduais.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, nos termos da Emenda em anexo, e pela prejudicialidade das PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em

Deputado CÉSAR BANDEIRA

Relator

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990 a seguinte redação:

"Art. 2º

VI - A remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, a setenta e cinco por cento do que percebem, em espécie, os Deputados Estaduais, respeitada a proporcionalidade ao número de eleitores do município, cujos critérios serão estabelecidos em lei complementar estadual, observado o que dispõem os arts. 37. XI, 150, II, 153, III e 153, §2º, I;

VII -

PARECER REFORMULADO

I) RELATÓRIO

Chega a esta casa do Congresso, para o exercício da função revisora, a proposta de emenda constitucional em epígrafe, de autoria do Senado Federal, tendo como primeiro subscritor o nobre Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e Vereadores.

À propositura foram apensadas as PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, em trâmite nesta Casa.

A preocupação basilar de todas as propostas apresenta das atem-se à moralidade e transparência dos estípidios recebidos pelos titulares de mandato eletivo.

De tal sorte, a proposta principal estabelece um percentual de 75% da remuneração dos Deputados Federais para Deputados Estaduais, e 75% destes para os Vereadores.

A PEC nº 26/89 determina que a remuneração dos Deputados Estaduais terá como limite máximo de dois terços da percebida pelos Deputados Federais. No mesmo sentido coloca-se a PEC nº 31/89, diferindo apenas quanto ao percentual, aqui, de 80%. A PEC nº 25/91 prevê a remuneração escalonada para Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores.

Por fim, a PEC nº 32/91, além de estabelecer como parâmetro os subsídios dos Deputados Federais, refere-se a todas as parcelas diferidas concedidas aos Deputados Estaduais e Vereadores.

As propostas foram aprovadas pela Comissão de Constituição e Redação quando da apreciação de sua admissibilidade de constitucional.

É o Relatório.

II) VOTO DO RELATOR

Cumpra-se examinar o mérito das proposições e aquilatar o seu cabimento e oportunidade, tendo em vista a diversidade econômica dos Estados e Municípios brasileiros.

Inconteste o escopo moralizador das proposições. Louvável a preocupação de imprimir maior transparência na percepção dos subsídios parlamentares.

Neste quadrante, salvo melhor juízo, reputamos a proposta oriunda do Senado Federal a mais oportuna.

Diante do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, e pela prejudicialidade das PECs nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.

Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, em reunião realizada hoje, opinou favoravelmente ao parecer reformulado do Deputado César Bandeira, pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91.

Votaram favoravelmente os Senhores Deputados: Miro Teixeira, Hugo Biehl, João Rodolfo, Liberato Caboclo, Wellington Fagundes, Solon Borges dos Reis, Pedro Novais, Nelson Jobim, Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, César Bandeira e Antônio Britto; contra o voto do Senhor Deputado Gonzaga Motta.

Sala da Comissão, em 10 de dezembro de 1991.

Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente

Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".



PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 61-C, DE 1990

REDAÇÃO DO VENCIDO PARA APRECIÇÃO EM SEGUNDO TURNO

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

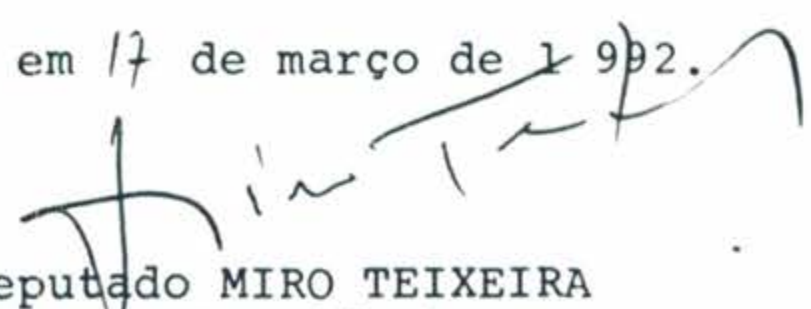
"§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os arts. 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados federais".

Art. 2º São acrescentados ao artigo 29 da Constituição Federal, os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais.

"VI - remuneração dos vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37. XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município".

Sala da Comissão, em 17 de março de 1992.


Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente


Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".

PARECER

A Comissão Especial destinada a proferir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, que "dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores", em reunião realizada hoje, em 17 de março de 1992, aprovou unanimemente a Redação para apreciação em segundo turno oferecida pelo Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 61-B, de 1990.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados: Miro Teixeira, Antonio Barbara, César Bandeira, Nelson Jobim, Pedro Novais, Solon Borges dos Reis, Lourival Freitas, João Rodolfo e Liberato Caboclo.

Sala da Comissão, em 17 de março de 1992.


Deputado MIRO TEIXEIRA

Presidente


Deputado CÉSAR BANDEIRA

Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-C, DE 1990

REDAÇÃO PARA 2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, DE 1990, que "dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

PS-GSE/ 04/2/92

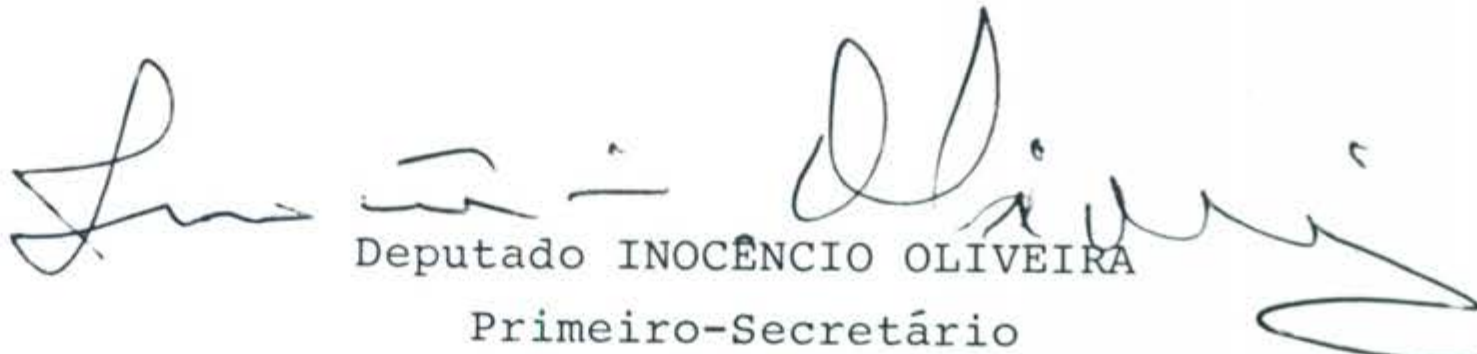
Brasília, 31 de março de 1992.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou, sem emendas, a Proposta de Emenda Constitucional nº 61, de 1990 (nº 5, de 1989, no Senado), que "altera os arts. 27 e 29 da Constituição Federal, que dispõem sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores".

Outrossim, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à promulgação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.


Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA
Primeiro-Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador DIRCEU CARNEIRO
DD. Primeiro-Secretário do Senado Federal
N E S T A

519
SGM/P-~~56~~/92

Brasília, 31 de março de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, para os fins constantes do art. 60, § 3º da Constituição Federal, a inclusa Proposta de Emenda Constitucional que "altera os arts. 27 e 29 da Constituição Federal, que dispõem sobre a remuneração dos deputados estaduais e dos vereadores", aprovada na Câmara dos Deputados após discussão e votação em dois turnos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e apreço.



IBSEN PINHEIRO
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Senador MAURO BENEVIDES
DD. Presidente do Senado Federal
N E S T A

Altera os artigos 27 e 29 da
Constituição Federal, que dispõem
sobre a remuneração dos Deputados
Estaduais e dos Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos
termos do § 3º do artigo 60 da Constituição Federal, promulgam a
seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O § 2º do art. 27 da Constituição Federal passa
a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 -

.....

§ 2º - A remuneração dos deputados estaduais será fixada
em cada legislatura para a subsequente, pela Assembléia
Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II; 153,
III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco
por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados
federais.

....."

Art. 2º - São acrescentados ao art. 29 da Constituição
Federal os seguintes incisos VI e VII, renumerando-se os demais:

"Art. 29 -

.....

VI - a remuneração dos vereadores corresponderá a, no má-
ximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em es-
pécie, para os deputados estaduais, ressalvado o que dispõe o
artigo 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.

....."

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 31 de março de 1992.

A handwritten signature in dark ink, appearing to be "Assis", is written over a faint, illegible printed name. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

~~ITEM~~ 11

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, DE 1990
(DO SENADO FEDERAL)

DISCUSSÃO, EM PRIMEIRO TURNO, DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES; TENDO PARECERES: DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO, PELA ADMISSIBILIDADE DESTA E DAS DE NºS 26 E 31, DE 1989, E 25 E 32, DE 1991, APENSADAS (RELATOR: SR. JOSÉ THOMAZ NONÔ); E DA COMISSÃO ESPECIAL, PELA APROVAÇÃO DESTA E PREJUDICIALIDADE DAS DE NºS 26 E 31, DE 1989, E 25 E 32, DE 1991, APENSADAS (RELATOR: SR. CÉSAR BANDEIRA).

~~NÃO~~ HÁ ORADORES INSCRITOS.

 X

DECLARO ENCERRADA A DISCUSSÃO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PASSA-SE À VOTAÇÃO DA MATÉRIA.

Sobre a Mesa apresentando os seguintes termos:

LEMBRO AOS SENHORES DEPUTADOS QUE A PROPOSTA PARA SER APROVA
DA TERÁ QUE CONTAR COM O VOTO FAVORÁVEL DE, NO MÍNIMO, TRÊS
QUINTOS DOS MEMBROS DA CASA, O QUE EQUIVALE A 302 VOTOS, EM
VOTAÇÃO NOMINAL.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL.

(Ver fichas do sistema eletrônico de votação)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A MATÉRIA RETORNA À COMISSÃO ESPECIAL, PARA ELABORAR A REDAÇÃO
A SER SUBMETIDA AO SEGUNDO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



de Presidente

André
11.3.92

Regras, nos termos regimentais,
a inversão da pauta, passando o
item 11 a figurar como item 1,
renomeando-se os demais

Sala das Sessões, em 11/3/92

Alcides - Genivaldo Lourenço
Alcides - Luís Eduardo
Alcides - Humberto Lourenço
Alcides - José Lima
Alcides - Ricardo Lourenço



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ex. Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a
V. Exa. o ~~aditamento~~ ^{votação} da ~~proposta~~ ^{proposta} de
~~emenda~~ ^{proposta} da Proposta de
Emenda Constitucional nº 61, de 1990.

Sala dos Sinos, por 11.3.92

Ass. 17.1



Atestado
11.3.92

Excm. Sr. Presidente
da Cam. dos Deputados

Requerino de acordo com
o artigo 161, item 2, alínea B do
Reg. Interno votando ~~em favor~~
a proposta de Emenda Constitucional
25/91 que dispõe sobre a remuneração
dos Deps. Estaduais, Prefeitos - Vce Prefe.
e Vereadores a qual se acrescenta
e pensão de P.E.C. de 61 de 90, ora
em apreciação p/ o plenário.

Ata do. 11.03.92

Imagth PSDB. SP
MACAIAES TEIXEIRA

Aprovada a proposta de emenda constitucional e a redação final. A matéria vai à promulgação.

Em 25 de março de 1992.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-C, DE 1990

REDAÇÃO PARA 2º TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, DE 1990, que "dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores."

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 2º do art. 27, da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º A remuneração dos deputados estaduais será fixada em cada legislatura, para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõe os arts. 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados federais".

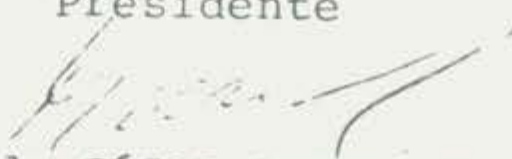
Art. 2º São acrescentados ao artigo 29 da Constituição Federal, os seguintes incisos, VI e VII, renumerando-se os demais.

"VI - remuneração dos vereadores corresponderá a no máximo setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os deputados estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município".

Sala da Comissão, em 17 de março de 1992.


Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente


Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 1990, QUE "DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES".

PARECER


A Comissão Especial destinada a proferir Parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 1990, que "dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores", em reunião realizada hoje, em 17 de março de 1992, aprovou unanimemente a Redação para apreciação em segundo turno oferecida pelo Relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 61-B, de 1990.

Estiveram presentes os seguintes Senhores Deputados:
Miro Teixeira, Antonio Barbara, César Bandeira, Nelson Jobim,
Pedro Novais, Solon Borges dos Reis, Lourival Freitas, João Ro
dolfo e Liberato Caboclo.

Sala da Comissão, em 17 de março de 1992.



Deputado MIRO TEIXEIRA
Presidente



Deputado CÉSAR BANDEIRA
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS **ITEM 4**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-C, DE 1990
(DO SENADO FEDERAL)

VOTAÇÃO, EM SEGUNDO TURNO, DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61-B, DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS E DOS VEREADORES (RELATOR: SR. CÉSAR BANDEIRA).

ESTA PRESIDÊNCIA, COM BASE NO QUE DISPÕE O § 7º DO ART. 202 DO REGIMENTO INTERNO, LEMBRA AOS SENHORES DEPUTADOS QUE TAMBÉM NO SEGUNDO TURNO A PROPOSTA PARA SER APROVADA TERÁ QUE CONTAR COM O VOTO FAVORÁVEL DE, NO MÍNIMO, TRÊS QUINTOS DOS MEMBROS DA CASA, O QUE CORRESPONDE A 302 VOTOS, EM VOTAÇÃO NOMINAL.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL.

- *Assinatura*

(ver fichas do sistema eletrônico)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL.

Am

AQUELES QUE FOREM PELA APROVAÇÃO PERMANEÇAM COMO SE ACHAM.

ULTIMADA A APRECIÇÃO DA MATÉRIA NESTA CASA, COM FULCRO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 203, DO REGIMENTO INTERNO, ESTA PRESIDÊNCIA DARÁ CONHECIMENTO DO FATO AO PRESIDENTE DO SENADO E CONVOCARÁ SESSÃO SOLENE DE PROMULGAÇÃO DA PRESENTE EMENDA CONSTITUCIONAL.

EMENTA Dispõe sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.
(Alterando o parágrafo segundo do artigo 27 e acrescentando os incisos VI e VII ao ar-
tigo 29 da Nova Constituição Federal).

SENADO FEDERAL
(Sen. NELSON CARNEIRO)
(PMDB - RJ)
(PEC 5/89)

ANDAMENTO

MESA

Despacho: À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação (ADM)
APENSEM-SE A ESTA AS PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUI-
ÇÃO Nºs. 26/89, e 31/89.

PLENÁRIO

01.04.91

É lido e vai a imprimir.

DCN 02 / 04 / 91, pag. 2748, col. 01.

COMISSÃO DE CONST. JUSTIÇA / REDAÇÃO

06.06.91

Distribuído ao (a) relator (a), Dep. JOSÉ THOMAZ NONÔ.

DCN ____ / ____ / ____, pag. ____, col. ____

MESA

APENSADO A ESTA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 25/91.

MESA

APENSADO A ESTA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32/91.

VIDE VERSO...

Publicada no Diário do Congresso Nacional
de

ANEXO PEC Nº: 25/91
32/91
26/89
31/89
76/91

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

23.10.91 Parecer do relator, Dep. JOSÉ THOMAZ NONÔ, pela admissibilidade desta e das de nºs 26 e 31, de 1989, 25 e 32, de 1991, apensadas. Concedida vista ao Dep. Mendes Ribeiro.

DCN

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

20.11.91 O Dep. Mendes Ribeiro, que pedira vista, devolve a proposta sem se manifestar. Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. JOSÉ THOMAZ NONÔ, pela admissibilidade desta e das de nºs 26 e 31 de 1989, 25 e 32, de 1991, apensadas.

DCN

MESA

21.11.91 Ato da Presidência constituído, nos termos do art. 202, § 2º, do R.I, Comissão Especial destinada a apreciar esta proposta, no prazo de 40 (quarenta) sessões.

DCN

MESA

22.11.91 OF/GAB/nº 508/91, do Dep. GENEBALDO CORREIA, Líder do PMDB, indicando os Deps. José Thomaz Nonô, João Henrique, Felipe Neri e Luiz Henrique como titulares e Valter Pereira, Ubiratan Aguiar, Lázaro Barbosa e Nilson Gibson como suplentes, para intergrarem a comissão especial.

DCN

**** SEM DATA

OBSERVAÇÃO :::::::::::

1 CONTINUAÇÃO DO ANDAMENTO NA PÁGINA SEGUINTE!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

CONTINUA.....

EMENTA

CONTINUAÇÃO.....

ANDAMENTO

- 26.11.91 MESA
Ofício nº 241/91-LPL, do Dep. Ricardo Izar, Líder do PL, indicando o mesmo como titular e o Dep. Wellington Fagundes como suplente para integrarem a comissão especial.
- 26.11.91 MESA
Ofício nº 249/91, do Dep. Gastone Righi, Líder do PTB, indicando os Dps. Sólon Borges dos Reis como titular e Carlos Kayath como suplente para integrarem a comissão especial.
- 26.11.91 MESA
Ofício nº 297/91, do Dep. Paulo Mandarino, na qualidade de líder, indicando os Dps. Pedro Novais como titular e Leomar Quintanilha como suplente para integrarem a comissão especial.
- 26.11.91 MESA
Ofício nº 309/91, do Dep. José Genoino, Líder do PT, indicando os Dps. Lourival Freitas como titular e José Dirceu como suplente para integrarem a comissão especial.
- 26.11.91 MESA
Ofício nº 377-L-BL.Parl./91, do Dep. Ricardo Fiuza, Líder do Bloco Parlamentar, indicando os Dps. Gustavo Krause, César Bandeira, Luciano Pizzatto e Antonio Bárbara, como titular e Arno Magarinos, Efraim Moraes, Murilo Pinheiro e Augusto Farias como suplentes para integrarem a comissão especial.
- 26.11.91 MESA
Ofício nº 411/91 do Dep. Victor Faccioni, Líder do PDS, indicando os Dps. João de Deus Antunes e João Tota como titulares e João Rodolfo e Hugo Bihel como suplentes para integrarem a comissão especial.

Publicada no Diário do Congresso Nacional
de

VIDE-VERSO.....

MESA

- 26.11.91 Ofício PSDB/I/Nº 506/91, do Dep. José Serra, Líder do PSDB, indicando os Deps. Magalhães Teixeira como titular e Vitorio Mediolli como suplente para integrarem a comissão especial.

COMISSÃO ESPECIAL

- 26.11.91 Distribuído ao relator, Dep. CÉSAR BANDEIRA.

MESA (ARTIGO 202 DO RI)

- 27.11.91 É lido e vai a imprimir, tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade desta e das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas.
(PEC 61-A/90).

MESA

- 09.12.91 APENSADO A ESTA A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76/91

COMISSÃO ESPECIAL

- 10.12.91 Aprovado o parecer ora reformulado do relator, Dep. CESAR BANDEIRA, favorável a esta e pela prejudicialidade das PEC'S Nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas, contra o voto do Dep. Gonzaga Motta.

PRONTO PARA A ORDEM DO DIA

- 11.12.91 É lido e vai a imprimir, tendo pareceres: da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pela admissibilidade desta e das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas; e, da Comissão Especial, pela aprovação desta e prejudicialidade das de nºs 26/89, 31/89, 25/91 e 32/91, apensadas.
(PEC 61-B/90).

PLENÁRIO

- 11.03.92 Discussão em 1º Turno.
Discussão da proposta pelo Dep. José Genoíno.
Encerrada a discussão.
Retirado o requerimento de destaque do Dep. Magalhães Teixeira, para votação da PEC 25/91, apensada.
Em votação a proposta de Emenda: APROVADA EM 1º TURNO. SIM: 352; NÃO 08; ABST: 02; TOTAL: 361.
Prejudicados as PEC 26/89, PEC 31/89, PEC 25/91, PEC 32/91 e PEC 76/91.
Volta à Comissão Especial para elaboração da Redação em 2º Turno.

E M E N T A

CONTINUAÇÃO

A N D A M E N T O

COMISSÃO ESPECIAL

17.03.92 Aprovado unanimemente o parecer do relator, Dep. CÉSAR BANDEIRA, a redação para apreciação em segundo turno desta proposta.

Publicada no Diário do Congresso Nacional
de

PRONTO PARA A ARDEM DO DIA

18.03.93 É lido e vai a imprimir a Redação para segunda Discussão.
(PEC nº 61-C/90)



PROMULGAÇÃO DE EMENDAS CONSTITUCIONAIS

Dispõe o parágrafo único do artigo 203 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados:

"Quando ultimada na Câmara a aprovação da proposta, será o fato comunicado ao Presidente do Senado e convocada sessão para promulgação da emenda."

No Regimento Interno do Senado Federal dispõe o art. 369:

"Quando ultimada a aprovação da proposta no Senado, será o fato comunicado à Câmara dos Deputados e convocada sessão para promulgação da emenda."

Arremata o Regimento Comum:

"Art. 85. Aprovada a proposta em segundo turno, as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em sessão conjunta, solene, promulgarão a emenda à Constituição com o respectivo número de ordem."

Parágrafo único. A sessão para promulgação será convocada para data que não exceda o prazo para a tramitação da proposta."

A Constituição de 1988 estabelece:

"A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Fe-



deral, com o respectivo número de ordem."

Disso decorre:

1 - A Casa que encerrar o processo de votação da Proposta de Emenda à Constituição - PEC comunica o fato à outra e convoca a sessão solene de promulgação;

2 - A sessão solene tem de ser convocada em prazo não excedente ao da tramitação da PEC (esse dispositivo regimental não mais se encontra em vigor, pois desde a EC 22/82, a Constituição não mais prevê prazo peremptório para a tramitação de PEC's);

3 - A promulgação se dá pelas Mesas da Câmara e do Senado Federal, não se tratando, portanto, de sessão conjunta ordinária, nos moldes previstos no § 3º, do art. 57 da Constituição, que são dirigidas pela Mesa do Congresso Nacional. Dessa forma, a sessão poderá ser conduzida por qualquer das Mesas de cada Casa, consoante entendimento. Poder-se-ia adotar o critério de que a Casa que concluísse o processo de votação teria a primazia de presidir os trabalhos.



PEC 61-B/90

SEGUNDO TURNO: Votada em primeiro turno em 11.04.92 (quarta-feira), o interstício para inclusão na pauta em segundo turno é de no mínimo 5 sessões (RI, art. 202, § 6º).

Na contagem dos prazos, salvo disposição expressa em contrário, os prazos contam-se excluindo-se a sessão inicial e incluindo-se a sessão do vencimento (art. 280, § 1º).

Obedecida essa premissa, a PEC poderia ser submetida à votação em segundo turno, a partir de 18.03.91, quarta-feira, salvo se as sessões ordinárias previstas não forem realizadas no interregno.

O conceito de interstício adotado pelo Regimento Interno, porém, pode gerar perplexidade nesse entendimento.

Com efeito, o art. 150, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece como norma geral de interstício duas sessões entre: "II - a aprovação da matéria, sem emendas, e o início do turno seguinte."

Ou seja, nesse caso o interstício difere de prazo simples. Neste, a contagem se faz, salvo disposição expressa em contrário, na forma do art. 280: no primeiro, o prazo fica intercalado entre os dois fatos, não se lhe aplicando o cômputo do dia ou sessão do vencimento.

Assim, a PEC 61-B/90 só poderá ser colocada para votação em segundo turno a partir da sessão de 19.02.92, quinta-feira, ressalvada a não realização de sessão ordinária no interregno.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 3 ABR 15 16 012415

- 3 ABR 92

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

GABINETE DO PRESIDENTE

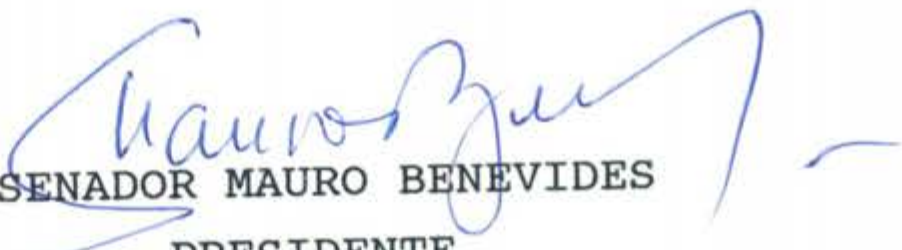
CN/Nº 224

Em 03 de abril de 1992

Senhor Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, em anexo, para o Arquivo da Câmara dos Deputados, um dos autógrafos da Emenda à Constituição nº 1, de 1992, que "altera os arts. 27 e 29 da Constituição Federal, que dispõem sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores", promulgada em 31 de março do corrente ano.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.


SENADOR MAURO BENEVIDES
PRESIDENTE

A Sua Excelência o Senhor
Deputado IBSEN PINHEIRO
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
vpl/.

Des 77

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1992

Altera os arts. 27 e 29 da Constituição Federal, que dispõem sobre a remuneração dos Deputados Estaduais e dos Vereadores.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º art. 60, da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º - O § 2º do art. 27 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 -

.....

§ 2º - A remuneração dos Deputados Estaduais será fixada em cada legislatura para a subsequente, pela Assembleia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 150, II; 153, III e 153, § 2º, I, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Federais.

....."

Art. 2º - São acrescentados ao art. 29 da Constituição Federal os seguintes incisos VI e VII, renumerando-se os demais:

"Art. 29 -

VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI;

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do município.

....."

Art. 3º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 31 de março de 1992

A Mesa da Câmara dos Deputados


Deputado IBSEN PINHEIRO

Presidente


Deputado WALDIR PIRES

2º Vice-Presidente


Deputado MAX ROSENMANN

4º Secretário

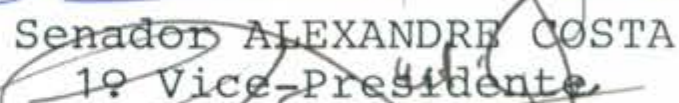

Deputado CUNHA BUENO

3º Secretário

A Mesa do Senado Federal


Senador MAURO BENEVIDES

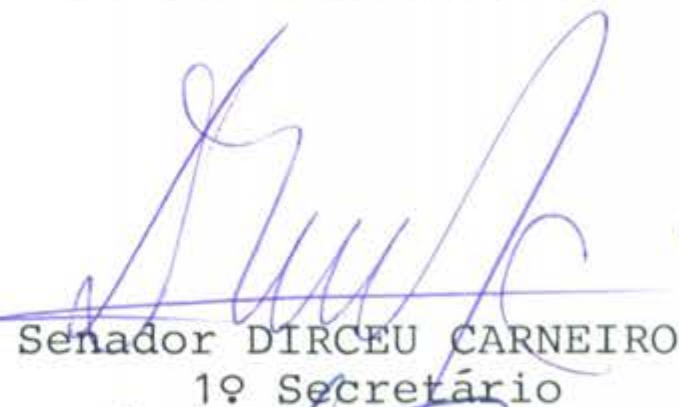
Presidente


Senador ALEXANDRE COSTA

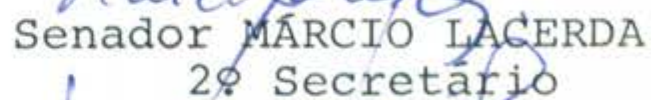
1º Vice-Presidente


Senador CARLOS DE'CARLI

2º Vice-Presidente


Senador DIRCEU CARNEIRO

1º Secretário


Senador MÁRCIO LACERDA

2º Secretário


Senador IRAM SARAIVA

4º Secretário